

tempo e presença

publicação mensal do CEDI
número 190
março de 1984

1961.CEDI.4861
10 ANOS.1974

DIRETAS JÁ!



cartas cartas cartas cartas cartas cartas

PAIS E ALUNOS X COLÉGIO SÃO VICENTE

Viveu-se no colégio S. Vicente de Paulo, Rio de Janeiro, uma experiência de prática política e educativa inédita em escolas de primeiro e segundo graus. Diante de um impasse criado pela direção, pais, alunos e professores uniram-se num movimento coeso de repúdio às medidas autoritárias adotadas. No decorrer do mês de dezembro de 1983, a demissão sumária do coordenador pedagógico do segundo grau e mais dez professores desencadeou uma crise enraizada na desvinculação entre a prática e a teoria de educação libertadora que o colégio dizia defender.

Ao se tomar conhecimento desse fato, o movimento ganhou corpo, então, no sentido de garantir o espaço educativo que vinha se desenvolvendo no colégio, ameaçados agora com as demissões.

Lutou-se, numa primeira etapa, pelo diálogo com a direção com vistas à readmissão dos professores, por se tratar de profissionais competentes e educadores empenhados nas relações do dia a dia que extrapolam a sala de aula.

A crescente mobilização, amplamente divulgada pelos veículos de comunicação, traduziu-se em vinte e três dias de vigília, festas de Natal e Ano Novo no próprio Colégio, reuniões e assembléias com mais de mil pessoas, procurando-se conviver com as divergências existentes, por se acreditar que a educação libertadora está centrada nessas diferenças e não na aparente harmonia, ou busca permanente de consenso. Este enfoque se prende a uma determinada vi-

são em que o conhecimento é um processo resultante do confronto entre os vários tipos diferenciados de saber. Assim, numa escola se teria o saber do professor, o do aluno, o dos pais, o da direção, o dos funcionários e também o saber diversificado da comunidade acadêmica. Nessa abordagem a escola tem uma função específica muito clara: produzir, reproduzir e transmitir esses saberes.

Por se acreditar ser essa perspectiva fundamental numa educação que se pretende libertadora, continuou-se a insistir no diálogo com a direção do colégio, medida que resultou infrutífera.

Em face da proporção que a crise assumiu e de sua intensa divulgação, o Provincial e representantes da Congregação, a quem a direção está hierarquicamente vinculada, se viram na contingência de manter conversações com uma comissão de pais, alunos e professores. Após uma série de encontros, veio a público uma nota oficial, permeada de argumentações autoritárias, ratificando a decisão tomada pelo diretor.

O movimento de pais, alunos e professores adquiriu, a partir desse momento, novo dinamismo, concentrando-se agora numa segunda etapa, na procura de outro espaço educativo, já que o colégio S. Vicente fechava decisivamente suas portas ao diálogo e portanto, à chamada educação libertadora. Ficava muito claro, após esse intenso aprendizado educativo, que a luta ultrapassava os muros do colégio e se solidificava cada vez

mais em idéias comuns quanto à necessidade de um processo educativo baseado em relações da vida diária de uma escola.

Pais, alunos e professores querem continuar juntos, tentando no dia a dia, com erros e acertos, encontrar os caminhos de uma educação democrática, no desenvolvimento do espírito crítico e do confronto entendido no sentido construtivo de conviver com as diferenças.

Foi esse o espírito da passeata realizada do Cosme Velho ao Largo do Machado quando, para além dos muros do colégio, a experiência vivida ganha as ruas num simbolismo de morte e nascimento, onde o enterro do São Vicente — a morte, e a construção de algo novo — a vida, tinham sido incorporadas por todos numa aprendizagem intensa e renovadora.

Da mesma forma, a caravana de adeus ao S. Vicente, ao subir as ladeiras de Santa Teresa, revestiu-se de alegria da mudança e transformou-se no CEAT (Centro Educacional Anísio Teixeira) numa solenidade emocionante, compromisso simbólico de dar continuidade em 1984 a um longo processo educativo que o S. Vicente tinha tão bem feito germinar.

Ney P. Chaves

Mãe de alunos do São Vicente e profissional em Educação com experiência em planejamento e projeto nas áreas de Educação Popular, Educação de Adultos, Tecnologia educacional e Educação especial para deficientes.

POESIA PROFECIA MAGIA

— Meditações

Rubem Alves

A magia das palavras, palavras proféticas, palavras poéticas... A profecia e a poesia de palavras mágicas... Poesia profética, poesia mágica... A palavra mágico-profético-poética... Talvez... "Possuídos pelo futuro. Dançar, no presente, uma esperança... Desde a canção terna para com a criança, até o gesto último do sacrifício".
MAGIA, PROFECIA, POESIA — uma leitura necessária.
80 páginas. Cr\$ 1.500,00
Pedidos para **Tempo e Presença** Editora Ltda.

NOVOS PREÇOS PARA ASSINATURA DA REVISTA TEMPO E PRESENÇA

| | |
|-----------------------|----------------|
| Brasil | Cr\$ 10.000,00 |
| América Latina | US\$ 36,00 |
| América do Norte | US\$ 46,00 |
| Europa, África e Ásia | US\$ 58,00 |

Assinatura: 10 números por ano

Os pedidos podem ser feitos através de vale postal ou cheque nominal para **Tempo e Presença Editora Ltda.**
Caixa Postal 16082
Rio de Janeiro RJ CEP 22221

tempo e presença

publicação mensal do CEDI
número 190
março de 1984

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor

Domício P. de Mattos

Conselho Editorial

Alofio Mercadante Oliva
Jether Pereira Ramalho
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias
José Oscar Beozzo

Composição

Gui/Alberto
R. Gen. Caldwell, 276/1002
Tel.: 252-8580

Fotolito e Impressão

Clip — Rua do Senado, 200
Tel.: 252-4610

Pedidos em cheques para

Tempo e Presença Editora
Caixa Postal 16082
22221 — Rio de Janeiro — RJ

CEDI

Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Editores

Carlos Cunha
Luís Roncari

Copy Desk

Carlos Cunha

Revisão

Márcia Pimentel

Programação Visual

Anita Slade
Martha Braga

Produção Gráfica

Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição

Valéria Carrera Roura
Vanderlei da Silva Gianoti

Rubem Alves

poesia profecia magia

Meditações



DIRETAS NA CARA

- 4 DIRETAS E
DESEMPREGO
Jorge Eduardo L. Mattoso
- 7 Presença do CEDI
IGREJAS PARALELAS?
João Carlos Oliveri
- 9 A ESCOLA:
FRAGMENTO DO FUTURO
Rubem Alves
- 12 Livros
- 14 Documento
IGREJAS E
AMÉRICA LATINA
- 16 METALÚRGICOS
"ÓI NOIS AQUI OUTRA VEIZ"
Aloizio M. Oliva
Oswaldo M. Bargas
- 20 Bfbliia Hoje
É CHEGADA A HORA
DA DECISÃO
Paulo Ayres de Matos
- 24 Entrevista
OS PADRES CASADOS BUSCAM
UM LUGAR NA IGREJA

SOBRE OS SELOS DA CAPA

Nos últimos números da revista Tempo e Presença, recorremos a um selo na capa para manifestar nosso repúdio a invasão estrangeira na Nicarágua. A partir deste número, vamos localizar este selo na seção que estiver tratando de assuntos relativos à América Latina. Na capa passaremos a colocar um selo comemorativo dos 10 anos de existência do CEDI.

ERRATA DO N. 189. — jan/fev, 1984.

No artigo "Morreu, Mataram Marçal de Souza", de Rubem Thomaz de Almeida, na página 9, onde se lê "incrustadas em 242 hectares", deve-se ler "incrustadas em 2 1/2 ha."

Antes de tudo é essa sensação de mal-estar, ver o país sendo leiloadado. Quem dá mais, leva. Meia-dúzia de privilegiados que compõem o Colégio Eleitoral esperam em suas casas os lances, os candidatos vão até lá. Quem mais tarde estudar a história política do país não vai acreditar. Os que pensaram e puseram em prática as fórmulas político-institucionais que vivemos hoje serão sem dúvida lembrados, certas máginas casuísticas não podem ser esquecidas, a sociedade precisa manter também o pantheon dos seus pícaros. Então os candidatos chegam e oferecem cargos, favores e verbas. Não vão mais aos palanques e praças públicas, vão aos gabinetes e salas de visitas particulares, é lá que se "convence". Quer dizer, uma campanha que não precisa de discurso, argumentação, razão, capacidade de demonstração e convencimento das suas verdades, precisa só de lábia, cantar o membro do Colégio Eleitoral, faz-lo trocar os interesses nacionais e sociais por vantagens pessoais. Essa prática da sedução e tentação dá à campanha um silêncio de velório, conversas de negócio ao pé do ouvido. Política passa a ser verbas e cargos, nunca foi tão claramente isso. O candidato ministro do interior aparece todos os dias na televisão assinando doações de verbas públicas como se fosse água-benta após suas visitas eleitorais. Aparece todos os dias, já estamos acostumados, as doses homeopáticas anestesiaram nossa capacidade de indignação, ficamos como doentes incuráveis, resignados e apáticos. O candidato deputado Maluf realiza o seu capricho, "sonha ser presidente desde criança", e como mostra de que ainda não cresceu o bastante, a mãe paga a campanha do filho mimado. Como um agente químico aparentando vida própria e dotado de uma ânsia patológica travestida de "energia para o trabalho" (mas pela ironia compensatória do destino sua aparência é indistigável, tudo nele parece mímica, os gestos, a voz, a cara, o ar de fantoche) junta a

escória, a gang milionária das mil-e-uma-noites que dará o lance maior pelo país. Faz o contraponto a isso o candidato Aureliano Chaves, o único que tem um discurso para a sociedade, apoiado na negação da prática dos dois arrematadores de votos, na ética, isto porque para ela se tornar uma força precisa de verbo. Mas não basta ser o negativo de um mesmo retrato, nem para ganhar nem para diminuir o mal-estar. O que é preciso é um retrato novo, fazer a vontade da sociedade revelar-se numa outra foto institucional, e a película sensível dessa metamorfose são as urnas: Diretas, já. O que impede isso? Em nome de quem falam os defensores das indiretas? Quais os argumentos? Direitos adquiridos? Legalidade? Constituição? São em boa parte sobrevivências das artimanhas de um período em que se brincou com as instituições do país. Como se fosse um tabuleiro de pedras brancas e pretas, um pensamento militar do século XIX procurou substituir o movimento vivo das forças político-sociais por um jogo de salão próprio para abafar o ócio da falta de guerras, confundindo política com estratégia militar/enxadrista. Revanchismo? Mas qual o medo, da apuração dos fatos ligados à repressão ou à corrupção? Não estaria o argumento do revanchismo servindo apenas para encobrir corruptos? Tudo parece levar a crer que estamos numa encruzilhada decisiva: ou se normaliza a vida político-institucional passando pelas eleições diretas ou se institucionaliza de vez o bazar de pechinchas e o leilão de pregociros. Por incrível que pareça, na era da informática o velho discurso moralizante-liberal ainda é o mais adequado para falar da nossa questão sucessória. Junto ao mal-estar vem ainda esta sensação de que se está na rabeira da carroça da história. Vergonha.



Nem mesmo a “corte” em Brasília pôde manter-se surda ao clamor popular: “Diretas, já!” Até candidatos que sempre estiveram à sombra do chamado “sistema” declaram-se, hoje favoráveis às eleições diretas, tudo levando a crer que deverá intensificar-se a campanha pelas Diretas até a votação da emenda Dante de Oliveira. Por outro lado, o povo brasileiro viu acelerar-se a deterioração das suas condições de vida e trabalho, com o governo federal insistindo em manter a política econômica recessiva imposta pelo FMI, diretamente responsável pelo agravamento da crise no País. O ano de 84 será marcado por esses dois fatos da vida política e econômica, mas que confluem, na medida em que toda a sociedade já jogou suas expectativas de soluções das agruras econômicas para o próximo governo, de cuja escolha quer participar.

A cultura popular havia consagrado ao longo do tempo uma espécie de “sursis”, durante o período que vai do Natal ao Carnaval, aos problemas nacionais e à responsabilidade dos governos federal e estadual. Da mesma forma, muitos jornais e revistas de circulação nacional pareciam privilegiar as amenidades e lançavam candidatos a musas de verão que eram “eleitos” por privilegiadíssimos colégios eleitorais de algumas praias “in” deste vasto país. Teria este ano sido diferente?

Não há a menor sombra de dúvida de que algo mais do que o espírito natalino, o intenso calor do verão, as férias escolares e o agitado período carnavalesco ocupou o tempo do brasileiro e as manchetes dos jornais. Ainda que tardiamente, deslançou com toda força a campanha nacional por eleições diretas para presidente da República, cuja participação popular tornou pequenas as praças e ruas das principais cidades do País. Nem mesmo a “corte” em Brasília pôde manter-se surda ao clamor popular: *Diretas, já!* Até candidatos que sempre estiveram à sombra do chamado “sistema” declaram-se, hoje, favoráveis às eleições diretas, tudo levando a crer que deverá intensificar-se a campanha pelas diretas até a votação da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional.

No entanto, apesar do tradicional “sursis” e do relativo silêncio que se observa nos principais meios de comunicação (TVs, rádios e jornais), o povo brasileiro viu acelerar-se a deterioração das suas condições de vida e de trabalho e — insensível a isto — manter-se a política econômica recessiva imposta pelo FMI e pelo governo federal, diretamente responsável pelo

DIRETAS

agravamento da crise no país. Estas questões não foram resolvidas — e muito menos esquecidas — e deverão retornar, com maior intensidade, seja durante a campanha pelas diretas — na medida em que se passa a adjetivá-la — seja a seu cabo, após a vitória, quando das discussões de programas alternativos de governo ou após a derrota temporária com a “eleição” realizada pelo “Colégio Eleitoral”.

O CRESCIMENTO DA MISÉRIA

O crescente número de desempregados e a deterioração das condições de vida recolocaram com toda intensidade na ordem-do-dia das discussões de todos os movimentos populares a questão do emprego.

Durante muito tempo acreditou-se que bastariam altos níveis de acumulação e investimento para que estes se refletissem proporcionalmente no número de empregos, estendendo seu efeito homogenizador ao conjunto do mercado de trabalho e garantindo, “pari passu”, a absorção da crescente mão-de-obra disponível. No entanto, mesmo durante os anos 70, com o extraordinário crescimento da economia brasileira e seu efeito dinamizador do mercado de trabalho, não foi possível absorver o contingente crescente de novos ingressantes (cerca de 1 milhão e 300 mil por ano) e, paralelamente, reduziram-se sensivelmente os níveis de subemprego e pobreza. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirmam que a taxa global de sub-utilização da mão-de-obra mantinha-se, em 1980, em torno dos 20 por cento da População Economicamente Ativa (PEA). Por outro lado, informações do último Censo permitem observar que cerca de 39 por cento da PEA recebiam *menos* de um salário mínimo e 67 por cento até dois salários mínimos. A manutenção destas condições deve-se, sobretudo, às características específicas do mercado de trabalho em economias que se transformam tardiamente — como a brasileira — e que as tornam incapazes de incorporar o conjunto da população ativa disponível às formas de organização capitalistas, obrigando, desta maneira, uma parcela considerável da Força de Trabalho a recorrer a formas de organização não-tipicamente capitalistas, geralmente de baixas produtividade e renda. Ao contrário do que se imaginava, esta situação passa a existir em permanência, já que estas formas de organização não-tipicamente capitalistas (empresas familiares, trabalhadores por conta própria, microempresas, etc.) vêm suas condições de existência permanentemente criadas, destruídas e recriadas pelo processo de acumulação.

& DESEMPREGO

A partir de 1980, quando a recessão se instala definitivamente no panorama da economia brasileira, o mercado de trabalho vê somarem-se às dificuldades estruturais de absorção do conjunto da população ativa disponível pelo setor capitalista da economia todos os efeitos de uma crise — e com políticas recessivas que a aprofundam — cujas repercussões sobre o nível de emprego e as condições de vida da população têm-se mostrado crescentemente dramáticas. É no estado de São Paulo — dada a natureza da recessão das atividades produtivas e o grau de concentração da indústria nacional — que se observam com maior nitidez os efeitos da crise sobre as condições de vida e do mercado de trabalho. Segundo levantamentos do Decad da FIESP e tomando por base dezembro de 1980, quando a indústria paulista empregava dois milhões de trabalhadores, observa-se que os níveis de emprego vêm caindo sistematicamente, com a breve exceção dos meses anteriores às eleições de 1982. Em janeiro de 1984, a queda do nível do emprego — relativa a 1980 — alcançou cerca de 23 por cento, representando a perda de nada menos de 450 mil postos de trabalho. Somente em janeiro deste ano mais de 7 mil e 600 trabalhadores perderam seus lugares nas fábricas paulistas.

Isto significa que a crise e as políticas recessivas do governo federal já foram capazes de eliminar um número maior de postos que todos aqueles criados depois de 1973, ou seja, estamos no início de 1984 com um nível de emprego inferior

Na Praça da Sé (SP), uma das maiores manifestações populares que o Brasil já viu.



Maurício Simonetti / F4

àquele observado há mais de dez anos atrás. Isto torna-se ainda mais dramático quando verificamos que — obviamente — além de se reduzirem os postos de trabalho e colocar, portanto, um número crescente de trabalhadores em situação de desemprego aberto ou subemprego, o mercado de trabalho não incorporou o contingente permanente de novos ingressantes. Este fato é, por si só, tão grave que se supuséssemos a permanência do nível de emprego verificado em outubro passado até o final de 1983 e que a partir de 1984 a indústria crescesse à taxa de 8 por cento ao ano, voltaríamos ao nível de emprego de 1980 somente em 1991. Supondo um crescimento industrial de 6 por cento ao ano somente quatorze anos depois retornaríamos aos níveis de emprego de 1980. Podemos imaginar quantos anos, de fato, serão necessários para alcançarmos aqueles níveis de 1980, considerando que os níveis de emprego continuam em queda livre, que este ano verá — seguramente — um agravamento da recessão e — não menos importante — que se processa uma alteração profunda na relação investimento/emprego através do vertiginoso desenvolvimento da informática.

Esta situação é ainda agravada pelo fato de estar enquadrada dentro dos marcos das políticas recessivas do governo federal, com o novo arrocho salarial, e na ausência de qualquer tipo de intervenção estatal, via programa de seguro ou salário-desemprego. Desta maneira, é de se supor que aqueles trabalhadores que foram demitidos e aqueles que ingressam no mercado de trabalho e não encontram emprego se dediquem a qualquer tipo de atividade (bicos, biscates, etc.) de pouca produtividade, baixa remuneração e de caráter temporário. Aqueles que nem isso conseguem, ou cuja renda torna-se insuficiente para sua sobrevivência e de sua família, tendem a desistir da busca de emprego e tornam-se membros potenciais do crescente exército de saqueadores e outros participantes involuntários das páginas policiais.

Portanto, paralelamente ao crescimento do número de desempregados em todo o País, observa-se uma modificação substancial na própria estrutura do mercado de trabalho, através da redução da participação dos assalariados na PEA, do aumento relativo dos autônomos/trabalhadores por conta própria e, também, pela “queixa” de parcelas crescentes da potencialidade produtiva da mão-de-obra nacional. Consideremos que não muito menos de sete milhões de pessoas encontram-se atualmente desempregadas no País e que o número dos trabalhadores que ganham até um salário mínimo cresceu para cerca de 25 milhões.



A gravidade dos números, no entanto, nem sempre é fiel à situação em que vivem quotidianamente parcelas crescentes da população brasileira. Os desempregados e parte preponderante daqueles que ganham até 1 salário mínimo não se encontram representados pelos sindicatos — sejam eles “pelegos” ou combativos. Os desempregados, depois de um ano, não têm nem mesmo o direito de utilizar, para si ou para sua família, os serviços médicos do INAMPS. O Estado brasileiro desobriga-se totalmente de qualquer tipo de responsabilidade, apoio ou solidariedade com aqueles que — involuntariamente — tornam-se desempregados ou subempregados.

A RESPONSABILIDADE E FUNÇÃO DO ESTADO

Ao contrário do que muitos pensaram até há alguns anos atrás, não será com a simples retomada do crescimento ou com a utilização de surradas fórmulas de política econômica ortodoxas que será resolvido o gravíssimo problema do desemprego e do subemprego. Tampouco pode-se esperar que resultem, por isso, da campanha por eleições diretas ou da eventualidade de alguma das oposições chegar a assumir o governo federal soluções imediatas ao ritmo de um passe de mágica. Na verdade, as questões referentes à crescente deterioração das condições de vida e de trabalho, da miséria, desemprego e subemprego, tornaram-se uma problemática política nacional que exige a consolidação de uma consciência nacional a que reconheça o trabalho e uma renda mínima como direitos legítimos de todo cidadão. Como no Brasil — graças às suas características de desenvolvimento capitalista tardio — não se vislumbram mecanismos puramente econômicos que possam tornar o direito ao trabalho e a uma renda mínima uma realidade, cabe ao Estado intervir de maneira a garantir este direito, criando a demanda de trabalho suplementar necessária ou garantindo a renda dos desempregados e subempregados.

Para que isto venha a tornar-se algum dia realidade é necessário redobram-se os esforços de organização e mobilização dos desempregados e da população em geral, de maneira a exercer pressão política sobre os governos federal e estadual e tornar a opinião pública cônica de que o trabalho e renda são direitos de todos os brasileiros e dever do Estado garanti-los. Os governos estaduais — principalmente aqueles geridos por alguma das

oposições — não podem manter-se à parte deste processo, como até agora têm feito. Em primeiro lugar, as promessas eleitorais devem ser cobradas e cumpridas. Neste sentido, nunca será demais lembrar ao PMDB paulista que os 400 mil novos empregos prometidos durante a campanha eleitoral continuam sendo esperados, já que a maioria da população em nenhum momento pensou tratar-se apenas de demagogia eleitoral. Em segundo lugar, ainda que não sejam responsáveis pela crise e pelas políticas recessivas desatadas por Brasília e nem sejam capazes de resolver isoladamente os problemas crescentes de miséria e desemprego, tais governos podem e devem agilizar uma série de medidas que, se por um lado, permitem a organização e mobilização da população, por outro lado, tentem garantir a sobrevivência e a integridade moral daqueles que, cada vez em maior número e involuntariamente, tornam-se desempregados e desesperançados.

ALGUMAS PROPOSTAS CONCRETAS

Dentre estas medidas, que são mais propriamente de emergência do que de fato *Políticas de Emprego* — que só poderão ser desenvolvidas pelo governo federal no bojo de modificações substanciais na política e economia nacionais — podemos vislumbrar algumas já colocadas por movimentos populares: cadastramento dos desempregados nos sindicatos, prefeituras e ARs; organização e distribuição de “sopas populares”, utilizando-se da infraestrutura das escolas públicas, creches, postos de saúde, etc.; arrecadação e distribuição de gêneros alimentícios; distribuição de passes de ônibus e metrô; moratória para pagamento das tarifas de energia e água; organização de Frentes de Trabalho urbanas e rurais, podendo o pagamento ser, inicialmente, em gêneros; facilitar aos desempregados o acesso, ainda que temporário, às terras públicas para a produção de alimentos; e facilitar a organização de “ateliers”, hortas comunitárias, etc.

A execução de um conjunto mínimo de medidas de emergência tenderá a servir — pelo exemplo — como alavanca que permita o questionamento dos atuais políticos do governo federal e a constituição de uma consciência nacional — a partir de experiências concretas a nível estadual e municipal — que estabeleçam claramente o emprego e renda como um direito de todo trabalhador — e na ausência de condições “naturais” — um dever do Estado nacional atendê-lo.

A responsabilidade de todas as forças populares engajadas na campanha por eleições diretas para presidente desta nossa República não é pequena. Trata-se, sem dúvida, de uma “batalha” que, se ganha, representará um auxílio substancial à consolidação e avanço do espaço democrático nacional. No entanto, a gravidade da crise e os efeitos dramáticos da insensibilidade social representada pelas políticas econômica e social do governo federal determinam que seja necessário mostrar publicamente que as diretas, livres e imediatas, têm que representar para os movimentos populares uma alternativa real de superação do “caos” deixado pelos governos que se sucederam depois de 1964. Em outras palavras: Diretas já, com emprego e renda para todos!

Jorge Eduardo L. Mattoso é economista e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo.

IGREJAS PARALELAS?

João Carlos Oliveri

FITAS E MISSAIS

Curso de religiosidade popular, celebração de abertura. O padre orientador manda todo mundo, em silêncio, medir com uma fita a imagem do crucifixo que está sobre o altar. Depois cada um corta um pedaço, segundo a medida, e amarra a fita a seu braço. Nós tínhamos trazido fita de Canindé (Quinta Intereclesial) amarradas a nossos braços, sem muito pensar; apenas, fazer como todos. Mas agora vai a explicação: o povo gosta de fitas. A fita é um dos sinais populares de ligação com o sagrado. Vamos então nos "ligar" com a fita, com o povo, com a religião do povo. Temos a impressão de estar penetrando (com respeito? com curiosidade? com carinho? com ceticismo?) num mundo "outro", o mundo religioso dos "outros".

Veio-me a lembrança de um amigo pedreiro, feito ministro do culto dominical numa capela de bairro. Por um tempo andou usando os folhetos em que vinha o culto já prontinho. Mas certo dia pediu de poder usar o "Livro do Padre". Outro amigo, vigia de um frigorífico, quando começou a ser escolhido para fazer as celebrações em sua comunidade, fez questão de comprar um grande Missal, e guardá-lo em sua casa. Eles também devem ter tido a sensação de penetrar num "outro" mundo, de alcançar enfim os segredos da religião "dos outros".

DESCOBRINDO O ÓBVIO

Ando meditando sobre as conversas de Igreja "popular", de Igreja "paralela", de que as CEBs são, às vezes, suspeitas de serem as promotoras. E de repente vejo o óbvio, o que está tão claro. Igrejas parale-

las sempre (?) existiram (precisa voltar sobre o "sempre"). Os padres e o pessoal mais ligado a eles tiveram sua forma de religião, e o povo, a dele.

De alguns anos para cá, gente que está do "lado dos padres" (intelectuais, agentes de pastoral) se estão aproximando da religião do povo. Alguns com interesse "pastoral": um jeito de os pastores oficiais recuperarem formas de expressão religiosa e de culto sobre as quais não têm mais (ou nunca tiveram) controle. Assim vão padres acompanhando folias de reis ou cantando o terço com o povo. Outros com interesses apenas científico: a descoberta de um mundo diferente que tem de ser enfim revelado aos "iguais". Carinhosa tentativa de guardar a "memória" do povo ou impiedoso desnudamento a serviço dos que só sabem ler as coisas através dos livros? Um dia a gente conversa disso com o Brandão...

Mas todo este esforço de descoberta-recuperação deixa ainda mais evidente a "alteridade" dos dois mundos. Duas formas de religião, duas formas de ser Igreja, duas Igrejas paralelas que por séculos subsistiram uma ao lado da outra. Cada uma com seus ritos, tradições, ministérios, hierarquias...

MATUTANDO SOBRE A HISTÓRIA

Sempre foi assim? Tentamos imaginar as comunidades cristãs dos primeiros tempos: por que deveria haver uma separação entre um culto "oficial" e um culto "popular", entre uma Igreja "oficial" e uma Igreja "popular"? A impressão é que o próprio "oficial" devia ser "popular": em tempo de perseguição, sem cúria e sem

Vaticano, até o papa devia ser um homem do povo, com quem se podia bater papo na esquina, sem por isto deixar de ser Bispo de Roma e sucessor de Pedro.

Quando então teria começado a existir uma Igreja paralela, popular, distinta da "oficial"? Provavelmente quando começou a haver distanciamento de interesses, de alianças, de culturas, entre categorias de cristãos. Quando a oposição de classes começou a passar por dentro da Igreja. Então a Igreja "oficial" se tornou aliada do poder dominante, do Estado, das classes economicamente mais fortes, das chamadas elites intelectuais. Aí o "povo" (as classes populares dentro da Igreja) teve que encontrar sua forma de resistir, de se adaptar, de sobreviver.

Sem contestar, na maioria das vezes, a Igreja oficial (como poderia?), o povo cria sua própria forma de ser Igreja: paralela, subterrânea, desconhecida dos que estão do outro lado. É o que estão descobrindo os que pesquisam sobre "religiosidade popular". Muita reza, pouca Missa; muito santo, pouco padre. Batismo com o padre, e bênção com a benzedeira; Missa (de vez em quando) na Igreja, e terço cantado nas casas; a liturgia romana de um lado, a folia de reis de outro. O que por muito tempo nós (do lado de cá) desprezamos como ignorância e superstição. Cultura de resistência, de tempos em que não era possível nem pensar em libertação.

A ESCANDALOSA PROPOSTA DAS CEBs

O que há então com as CEBs? o que há de novo, de diferente, de inquietante até? Há a escandalosa proposta de acabar

Missa de coroação de Nossa Senhora
Comunidade Menino Jesus, Limeira, SP



com Igrejas paralelas. Que não haja mais, de um lado oficial, bispos, padres, agentes de pastoral, aliados do poder, ligados às classes dominantes, distanciados do povo, falando uma linguagem tornada difícil para os simples, ditando regras e sendo donos do capital simbólico da Igreja. Nem, do outro lado, os pobres, resistindo colados, ocultando seus desejos, criando seus códigos diferentes, cultivando outras tradições e instituindo outros tipos de “ministérios”.

As CEBs levantam a proposta de que a Igreja toda volte a ser popular; num Inter-Eclesial se falou: ou a Igreja é popular, ou não é mais a Igreja de Cristo. Proposta que as classes populares voltem a ter a hegemonia dentro da Igreja, que toda ela volte a ser a Igreja dos pobres. Onde os pobres se sintam donos da Igreja e irmãos de seus pastores. Onde não se estranha alguém dizendo: “Tomás, que é bispo em minha diocese”, ou alguém reclamando “Quem é este bispo que nunca vem em nossas reuniões?”.

A proposta nasce contemporaneamente (é o Espírito que fala à Igreja?) dos dois lados. Nasce como fruto de emergência do movimento popular dentro da Igreja, quando o povo começa a se reconhecer como sujeito da História (Paulo Freire) e a dizer portanto “a Igreja somos nós”. E nasce no mesmo tempo de pastores (bispos, agentes...) preocupados em levar até às últimas consequências a inspiração bíblica dos grandes momentos eclesiais; Vaticano II, Medellín, etc.

Fala-se em devolver a palavra ao povo; mas o povo sempre teve *sua* palavra, falada e ouvida em seu ambiente; trata-se de voltar a escutar, no espaço da Igreja legalmente reconhecido, a palavra do povo. O povo sempre teve seu “capital simbólico”, a religiosidade popular sob seu controle; trata-se de devolver-lhe o capital simbólico ilegitimamente apropriado pelas classes dominantes, sobretudo a Bíblia e a Eucaristia. Mas isto questiona a remanescente divisão dentro da Igreja, as alianças com os poderosos ainda existentes, as tradições com t-minúsculo que nos dão tanta segurança. Torna-se assim uma proposta “escandalosa”, inaudita, criando barreiras, resistências, suspeitas... “Bem-aventurado aquele que não se escandaliza de mim”.

ERA UMA VEZ UM CONCÍLIO DE JOVENS

Mais de três mil jovens acorreram à Diocese de Lins, em 1977, a convite da turma de Taizé. É uma história que mereceu ser contada. No meio dos tantos, um fato que talvez venha a iluminar nossa conversa. Numa comunidade de periferia de Andradina, uns cinquenta jovens passam uma semana rezando, discutindo, programando. Tema: O jovem e a transformação da sociedade. Uma noite, entrosamento com a comunidade local. O povo não acha nada de melhor para apresentar aos jovens do que a “Folia de Reis” da comunidade.

Tratava-se de “o jovem e a transformação da sociedade”, e o povo apresentando folia de reis. Mas havia lá transformação. A folia não era mais “banida” da Igreja oficial. De novo, na noite de Natal, tinha voltado a sair da Igreja, donde no passado tinha sido expulsa. A festa final começou a ser celebrada no salão da comunidade. O povo sentiu de novo o que era dele como tendo valor, sendo reconhecido pelo conjunto da Igreja. Daí partiu para outras lutas. Aos poucos se conseguiu que celebração dominical e folia de reis, estudo da Bíblia e luta política, reivindicação de bairro e reestruturação da organização da Igreja, tudo fosse visto como parte de uma caminhada só. Sem mais “paralelismos”. A escandalosa proposta das CEBs pode ser realizada. De fato, isto já está acontecendo.

Quem tem medo da Igreja paralela, nas CEBs? Precisamos agradecer ao Pe. Edir (das fitas), ao Mesotti (vigia) e ao Zé Spantani (vigia), ao Pe. Zé Jansens (folia de reis) e ao Brandão, ao mestre Durval da folia da Rodoviária e aos agentes de pastoral das CEBs. A todos aqueles que trabalham para que a Igreja seja “una”, superando os conflitos, não mascarando. Ajudando a “re-criar” a Igreja dos pobres: “Bem-aventurados são vocês, os pobres, porque de vocês é o Reino de Deus”.

João Carlos Oliveri é assessor da Diocese de Três Lagoas (MS) e membro da equipe do programa Novas Formas de Ser Igreja do CEDI.

ESCOLA: FRAGMENTO DO FUTURO

Pediram-me para contar os meus desejos...

Que eu dissesse os meus sonhos, para a escola do meu filho...

Os antigos acreditavam que as palavras eram seres encantados, taças mágicas, transbordantes de poder. Os jovens também sabiam disto e pediam:

— A sua bênção, meu pai...

Bênção, benção, bendizer, bem-dizer, benzer, dizer bem...

A palavra, dita com desejo, não ficaria vazia: era como sêmen, semente que faria brotar, naquele por ela penetrado, o desejo bom por ela invocado.

E o pai respondia:

— Meus desejos são poucos e pobres. Te desejo tanto bem que não basta o meu bem-dizer. Por isto, que Deus te abençoe. Que seja ele aquele que diga todo o bem com todo o poder!...

E então, pelo milagre da fantasia, tudo se tornava possível. As palavras surgiam como cristais de poesia, magia, neurose, utopia, oração, fruição pura de desejo.

É isto que acontece sempre que o desejo fala e diz o seu mundo. Viramos bruxos e feiticeiros e a nossa fala constrói objetos mágicos, expressões simples de amor, nostalgia por coisas belas e boas, onde moram os risos...

É só isto que desejo fazer: saltar sobre os limites que separam o possível existente do utópico desejado, que ainda não nasceu. Dizer o nome das coisas que não são, para quebrar o feitiço daquelas que são...

Seus rostos diziam que eram crianças excepcionais. O ano de deficiente as trouxera à nossa contemplação doméstica, via televisão. Os educadores presidiam suas atividades, até que se voltavam para o telespectador, com a sua mensagem: “Esperamos que, ao final de tudo isto, estas crianças possam ser úteis à sociedade.”

Suavemente, como quem só está pensando consigo mesmo e não quer nada, Rubem Alves é contundente, faz a pergunta fundamental sobre a educação: o que fazemos com as crianças quando damos uma orientação utilitarista às escolas? O que significa transformá-las em adultos? Deixamos florescer sua humanidade ou instrumentalizamos suas potencialidades? Terrível responsabilidade!

Nunca ouvi ninguém que dissesse: “O que a gente deseja mesmo é que as crianças estejam se divertindo e possam vir a ser um pouquinho mais felizes...”

Talvez que pensassem. Mas não podiam dizer por medo. Perderiam os empregos. Todos sabem que o objetivo da educação é executar a terrível transformação: fazer com que as crianças se esqueçam do desejo de prazer que mora nos seus corpos selvagens, para transformá-las em patos domesticados, que bamboleiam ao ritmo da utilidade social.

Filosofia silenciosa: cada criança é um meio para esta coisa grande que é a sociedade.

Mas, e a alegria e o prazer? Aqueles corpos não têm direitos? Não haverá neles uma exigência de felicidade?

Pais de outros filhos fazem perguntas mais sutis: “Que é que você vai ser quando crescer?”

No fundo, a mesma coisa. Agora, você nada é. Será, depois de passar pela escola. Como na estória de Pinóquio.

Suponhamos que a criança, ignorando a armadilha, responda simplesmente:

— Quando crescer quero ter muito tempo para olhar as nuvens.

— Quando crescer desejo poder empinar pipas, como faço agora.

— Quando crescer quero continuar a ser meio criança, porque os adultos me parecem feios e infelizes.

Sorriremos, compreensivos: “Não é bem isto, filho. Você vai ser médico, engenheiro, dentista?...”

De novo, a pergunta sobre a utilidade social.

Não é para isto que se organizam escolas, para que as crianças se esqueçam dos seus próprios corpos, e aprendam o mundo que os adultos lhes impõem?



Acampamento de Ronda Alta,
RS/1982.

Lembro-me do lamento de Bergson: “Que infância teríamos tido, se nos tivessem permitido viver como desejávamos! . . .”

E lembro-me também da tolice evangélica, que ninguém leva a sério: “O Reino de Deus? É necessário que nos tornemos crianças primeiro . . .”

Crianças, aqueles que brincam.

Brinquedo: inutilidade absoluta. Zero de produtividade. Ao seu final, tudo continua como dantes: nenhuma mercadoria, nenhum lucro. Por que, então? Prazer, puro prazer.

Diz o poema hebreu da Criação que Deus, depois de seis dias de trabalho, parou suas mãos e se deteve extasiado, na pura contemplação daquilo que havia criado. E dizia:

– Como é belo!

Arte e brinquedo têm isto em comum, não são meios para fins mais importantes, mas puros horizontes utópicos em que se inspira toda a canseira do trabalho, suspiro da criatura oprimida que desejaria ser transformada em brinquedo e em beleza.

Bem posso sentir interrogações graves que se levantam sobre sobancelhas políticas que prefeririam que eu falasse sobre coisas mais sérias. Mas, que posso fazer? Meu demônio é o espírito de gravidade e acho que a política começa melhor no riso que na azia . . . Afinal de contas, não é por isto que se realizam todas as revoluções? Que coisas mais importantes haverá que o brinquedo e a beleza? A justiça e a fraternidade, não são elas mesmas nada mais que condições para que os homens se tornem crianças e artistas? Não basta que os pobres tenham pão. É necessário que o pão seja comido com alegria, nos jardins. Não basta que as portas das prisões sejam abertas. É necessário que haja música nas ruas. Política, no final das contas, não será simplesmente isto, a arte da jardinagem transplantada para as coisas sociais? Examinando os nossos currículos

e os vejo cheios de lições sobre o poder. Leio-os novamente, e encontro-os vazios de lições sobre o amor. E toda sociedade, que sabe muito sobre o poder e pouco sobre o amor, está destinada a ser possuída por demônios. É preciso reaprender a linguagem do amor, das coisas belas e das coisas boas, para que o corpo se levante e se disponha a lutar. Porque o corpo não luta pela verdade pura, mas está sempre pronto a viver e a morrer pelas coisas que ele ama. Na sabedoria do corpo, a verdade é apenas um instrumento e brinquedo do desejo . . .

E é isto que eu desejo, que se “re-instale” na escola a linguagem do amor, para que as crianças redescubram a alegria de viver que nós mesmos já perdemos.

Cada dia um fim em si mesmo. Ele não está ali por causa do amanhã. Não está ali como elo na linha de montagem que transformará crianças em adultos úteis e produtivos. É isto que exige o capitalismo: o permanente adiamento do prazer, em benefício do capital. Eu me lembro do “Admirável Mundo Novo” em que todos os prazeres gratuitos foram proibidos, em benefício do progresso, e de “1984”, em que a descoberta do corpo e do seu prazer se constituíram numa experiência de subversão . . .

Que a aprendizagem seja uma extensão progressiva do corpo, que vai crescendo, inchando, não apenas em seu poder de compreender e de conviver com a natureza, mas em sua capacidade para sentir o prazer, o prazer da contemplação da natureza, o fascínio perante os céus estrelados, a sensibilidade tátil ante as coisas que nos tocam, o prazer da fala, o prazer das histórias e das fantasias, o prazer da comida, da música, do fazer nada, do riso, da piada . . . Afinal de contas, não é para isto que vivemos, o puro prazer de estar vivos?

Acham que tal proposta é irresponsável? Mas eu creio que só aprendemos aquelas coisas que nos dão prazer. Fala-se no fracasso absoluto da educação brasileira, os moços não aprendem coisa alguma. . . O corpo, quando algo indigesto pára no



Todos sabem que o objetivo da educação é executar a terrível transformação: fazer com que as crianças se esqueçam do desejo de prazer que mora nos seus corpos selvagens, para transformá-las em patos domesticados que bambolem ao ritmo da utilidade social.

estômago, vale-se de uma contração visceral saudável: vomita. A forma que tem a cabeça de preservar a sua saúde, quando o desagradável é despejado lá dentro, não deixa de ser um vômito: o esquecimento. A recusa em aprender é uma demonstração de inteligência. O fracasso da educação é, assim, uma evidência de saúde e um protesto: a comida está deteriorada, não está cheirando bem, o gosto está esquisito . . .

E creio mais que é só do prazer que surge a disciplina e a vontade de aprender. É justamente quando o prazer está ausente que a ameaça se torna necessária.

E eu gostaria, então, que os nossos currículos fossem parecidos com a "Banda", que faz todo mundo marchar, sem mandar, simplesmente por falar as coisas de amor. Mas onde, nos nossos currículos, estão estas coisas de amor? Gostaria que eles se organizassem nas linhas do prazer: que falassem das coisas belas; que ensinassem física com as estrelas, pipas, os piões e as bolinhas de gude; a química com a culinária; a biologia com as hortas e os aquários; política com o jogo de xadrez; que houvesse a história cômica dos heróis, as crônicas dos erros dos cientistas; e que o prazer e suas técnicas fossem objeto de muita meditação e experimentação . . . Enquanto a sociedade feliz não chega, que haja pelo menos fragmentos de futuro em que a alegria é servida como sacramento, para que as crianças aprendam que o mundo pode ser diferente: que a escola, ela mesma, seja um fragmento de futuro . . .

Sobretudo, que das nossas escolas se retire a sobra sinistra dos vestibulares. Digo-lhes que pouco me importo com tais exames, como artifícios para escolher os poucos que entrarão e os muitos que ficarão de fora. Preocupa-me, antes, o terror que eles lançam sobre as crianças, antes que elas mesmas deles tenham conhecimento. Elas não sabem, mas os pais já procuram os colégios que apertam mais — é preciso preparar para o vestibular — e as crianças perdem a alegria de viver, a alegria de aprender, a alegria de estudar. Porque a alegria do estudo está na pura gratuidade, estudar como quem brinca, estudar como

quem ouve música . . . Mas, uma vez instaurado o terror, já não haverá tempo para a poesia, por amor a ela; e nem para a curiosidade histórica, por pura curiosidade; e nem para a meditação ociosa, coisa que faz parte do prazer de viver. Nossas melhores inteligências estão sendo arruinadas por esta catástrofe que, sozinha, tem mais influência sobre nosso sistema educacional que todas as nossas leis juntas. Melhor seria que se fizesse um sorteio . . .

E eu gostaria, por fim, que nas escolas se ensinasse o horror absoluto à violência e às armas de qualquer tipo. Quem sabe algum dia teremos uma Escola Superior de Paz, que se encarregará de falar sobre o horror das espadas e a beleza dos arados, a dor das lanças e o prazer das tesouras de podar. Que as crianças aprendessem também sobre a natureza que está sendo destruída pelo lucro, e as lições do dinossauro que foi destruído por causa do seu projeto de crescimento, enquanto as lagartixas sobreviveram . . . É certo que os mais aptos sobreviverão mas nada sugere que os mais gordos sejam os mais aptos. E que houvesse lugar para que elas soubessem das lágrimas e da fome, e que o seu projeto de alegria incluísse a todos . . . Que houvesse compaixão e esperança . . .

E aqui está, minha filha, o meu bem-dizer, minha bênção, meu melhor desejo: que você seja, com todas as crianças, da alegria sempre uma aprendiz, para citar o Chico, e que a escola seja este espaço onde se servem às nossas crianças os aperitivos do futuro, em direção ao qual os nossos corpos se inclinam e os nossos sonhos voam . . .

Essa água de Pedro, poesia

Carlos Rodrigues Brandão

*As palavras,
a pedra,
a treva
formam um corpo
impossível de proferir:*

A PALAVRA NUA FAZ-SE POESIA

A palavra. Começamos por ela. Pierre Clastres, o antropólogo, fala sobre a palavra. Uma dura lição que o poeta precisa aprender, ou lição que ele sabe e por isso escreve? Antes de mais nada falar é deter o poder de falar. Dito às avessas, para que seja a mesma coisa, o exercício do poder assegura o domínio sobre a palavra. Falam os senhores. Os outros, servos ou emissários, são homens sujeitos ao dever do silêncio ou, pior, ao dever do eco da palavra do poder. Mudos, varrem do horizonte e do caminho senhas e versos e veneram senhores e deuses. E os têmem.

Há uma tal irmandade entre o poder e a palavra que uma realiza o desejo do outro. Tirano ou Estado, quem manda não é só o senhor da palavra: é a própria origem, fonte da palavra legítima.

*E sobretudo um tempo sem entranhas.
Anos de pedra espessa,
dias de muro e medo.*

Vazia de toda a beleza, plena de eficácia, o seu nome é *ordem*, aquilo que a escrita transforma em *lei*. Transforma em estatuto e decreto, ao roubar do direito costumeiro da comunidade solidária o poder de falar o código de que vive. Alguns arqueólogos contam que, aqui e ali, o alfabeto foi inventado para que o escriba fizesse a contabilidade da riqueza dos senhores do seu tempo. Para tornar possível um poder que levasse à distância a ordem e trouxesse de lá os sinais de submissão. Muito tempo depois seria escrita a poesia, que por milênios ainda vagou de boca em boca.

Concentrada no poder, cifrada pelo emissário do poder, a palavra legítima *profere* e não quer ser nem ouvida nem amada, mas escutada e obedecida. Frágeis quando separados um do outro, palavra e poder

não existem em plenitude sem o outro e, se a aliança entre ambos sugere transcender a História, os seus atos conjuntos são o seu movimento. A ordem da escrita traça os rumos do homem, e a História acontece quando palavra e poder realizam o seu encontro. Tomar o poder é subir à palavra.

Voltar aos coloridos e aparentemente inocentes livros de História Pátria. Ali a fala é a dos senhores. Solenes e cheios de datas e nomes, ali os senhores “do Reino” e, depois, os “da terra”, não só pensam que fazem sozinhos a História, como dizem ao escriba a maneira como um dia ela deve ser escrita. O conquistador exerce o poder da palavra: dá o nome aos lugares, rebatiza escravos e impõe sobre uma infinidade de línguas de povos conquistados — quantas eram as nações indígenas do Brasil? — uma única língua: a sua. Os outros se servem do silêncio. Ou então pronunciam palavras que, ausentes da História, não raro povoam a Cultura dos livros da escola. Subalternos, não são nomes, a não ser quando aliados do senhor: Felipe Camarão, ou quando rebeldes e um dia mortos: Zumbi, Sepé, Tiaraju. Por isso são “tipos” e então, sorridentes e criativos, vestem de rendas brancas a miséria e compõem engomados e pitorescos ao seu lugar nas filas detrás do palco da História: “baianos”, “gaúchos”, “seringueiros” e “indiozinhos de almanaque”. Ao subalterno se ensina a repetir a fala que o poder consagra. Eu nunca esqueci o começo do prefácio que Jean-Paul Sartre fez para “Os Condenados da Terra”, de Frantz Fanon. Quero escrevê-lo aqui:

“Não faz muito tempo a Terra estava povoada por dois bilhões de habitantes, ou seja, quinhentos milhões de homens e um bilhão e quinhentos milhões de indígenas. Os primeiros dispunham do Verbo, os outros o tomavam emprestado. Entre aqueles e estes, reizinhos vendidos, senhores feudais, uma falsa burguesia forjada de uma só peça, serviam de intermediários. Nas colônias a verdade aparecia nua; nas “metrópoles” preferiam-na vestida; era necessário que os indígenas a amassem.



Como a mães, em certo sentido. A elite européia dedicou-se a fabricar uma elite indígena. Adolescentes foram selecionados, na frente se lhes marcou com ferro em brasa os princípios da cultura ocidental; se lhes introduziu pela boca mordanças sonoras, grandes palavras pastosas que aderiam aos dentes. Depois de uma breve estada na metrópole, faziam-nos regressarem ao seu país, falsificados. Essas mentiras vivas já não tinham nada para dizer aos seus irmãos, eram um eco. Desde Paris, Londres, Amsterdam, nós lançávamos palavras: ‘Partenon!’, ‘Fraternidade!’ e em alguma parte, na África, na Ásia, outros lábios se abriam: ‘... tenon!’ ‘... idade!’ Era a Idade do Ouro”.¹ Será este o destino da palavra?

Voltemos a Clastres. Até aqui o vimos falar da sociedade desigual. Sabemos o que é isso; vivemos numa: reino do senhor e do servo, do poder separado da vida social, do produto do trabalho coletivo do homem separado do exercício do trabalho humano. Aqui, onde o *consenso* submete-se ao *comando*, a palavra que manda não representa a vontade que cumpre. Por isso ela impõe a legitimidade de um poder que torna legítimo, pelo simples fato de que é “o poder”, o ofício de sua própria violência simbólica. Um poder que aspira reduzir ao silêncio absoluto a palavra que não queira resumir-se à obediência. Por isso o poder vigia a palavra. Para que ela não seja nunca profética e, portanto, profanadora da ordem social da palavra associada ao poder. Por isso é fácil ser censor e difícil ser poeta, quando o poema é a palavra armada de profecia. De rebeldia.

¹ Jean-Paul Sartre, Prefácio de *Los Condenados de la Tierra*, livro de Frantz Fanon publicado pelo Fundo de Cultura Econômica, do México, em 1972.

*E os coveiros do Continente
estenderam seu império
de delatores,
carrascos,
elegantes assassinos
de farda impecável
e coturnos reluzentes,
até o porão das fábricas,
a marcha dos retirantes,
os barracos das favelas,
os bancos das escolas,
os sonhos dos saqueados,
até a última fresta
onde a boca dos humanos
passasse ao humano ouvido
palavras de rebeldia.*

Em muitas sociedades indígenas que antropólogos e poetas gostam de visitar e compreender, o chefe é também o senhor da palavra. Sociedades sem Estado, em quase todas as tribos das terras quentes do continente, coragem e liderança em tempos de guerra, generosidade sem limites em tempos de paz e um reconhecido uso competente do poder de falar — falar mais e melhor do que todos os outros — tais são as qualidades de um bom chefe.

E, mais do que temido, ele será amado. Não porque manda, o que o faria ser apenas obedecido, mas porque fala e age em nome de um poder de todos que existe através dele. Se nas sociedades divididas a palavra legítima é o direito do poder e a direção do tributo vai da comunidade ao governante — a dívida —, nas sociedades indivisas a palavra é o dever do poder e a direção da dívida vai do governante para a comunidade — a dádiva.

“...as sociedades indígenas não reconhecem ao chefe o direito à palavra porque ele é o chefe: elas exigem que do homem destinado a ser chefe que ele prove o seu domínio sobre as palavras. Falar é para o chefe uma obrigação imperativa, a tribo quer ouvi-lo: um chefe silencioso não é mais chefe”.²

E, dado que na sociedade indivisa a palavra de ordem é o canto do consenso e realiza o gesto da vontade coletiva, raros

ali os profetas e os poetas. Esparramados sem cercas na vida da aldeia, os ofícios solidários do cotidiano são a própria poesia e nas festas de colheita e iniciação as pessoas cantam por milênios os mesmos cantos que a tradição sem a escrita preservava e o ritual sem o poder transforma em dança, alegria e oração. O chefe, o homem que fala, é condenado pelo grupo em nome de quem fala a dizer como sua a palavra de todos. Ali onde ela é, repetida, o contrário da violência e a afirmação de ser desnecessário inventar palavras de profecia contra ela. Palavras rebeldes e nuas, como águas de poesia.

TRAZIA UM VENTO DE LIBERDADE NA BOCA

*Prometi nunca render-me
ao verso fácil.
À poesia-nuvem,
fluida substância sem contorno.
Não fuja do meu sangue o verso vago,
alheio ao barro amargo do Tempo.*

Onde os homens se dividem, a palavra do poder sem o consenso é a que ordena. Diziam os reis: *ordenança*. A palavra que dita: *edital*. E a palavra que condena para que a ordem do mundo desigual não se perca e nem seja julgada pelo oprimido: *sentença*, dizem os emissários da ordem do senhor.

O oposto da poesia não é a prosa, como ensinam no colégio. É a escrita consagrada por meio da qual a opressão fala a sua lei. Contra-senso? O escrito que existe para separar quem fala e quem silencia e instaurar a ordem do reino do silêncio. A poesia é a vocação de não calar. Acostumados há anos a viver entre falas sem alma — do catecismo ao AI-5 — acabamos acreditando que a alma da fala é a palavra vazia: o dogma, a norma, a lei, o registro, a propaganda. Basta escrevê-la com brasões ao lado, ou distribuí-la com boa técnica em horários nobres de TV, que a todos, com o passar do tempo, dará a impressão desejada de que somos imensos, livres, e caminhamos irmanados para o melhor dos mundos. O poder odeia a poesia.

*Entro em meu poema
com as mãos atadas.
Luas acorrentadas*

*ferem-me o pulso
num riso de ferros
comprometidos.
Não espere um gesto de Liberdade.
Este poema nasceu escravo.
Eu próprio nasci escravo.*

Estes são, leitor, tempos que precisam testemunhas. Que outros não foram? Se na sociedade primitiva, indivisa, a poesia é a canção da vida coletiva e consagra a tradição daquilo que todos constroem, na sociedade civilizada, dividida, os poderes de proferir a palavra estão igualmente divididos. Atenção: a tradição pode ser o que o poder consagra para tornar-se eterno, sagrado. Então, entre ordenar e obedecer existe a rebeldia. A palavra rebelde é a *poesia*, mesmo quando não *poema*, nem *escrita*. Por isso há homens que fizeram versos e nunca foram *p (r) o (f) e t a s*. E há outros que antes de escrever os seus já haviam vivido, como luta, o poema.

*Entro em meu poema,
pássaro convocado
pelo sol.
Junto a palavra à pedra
e com elas levanto barricadas.
Liberto a palavra da sombra
e escrevo na pedra
o contorno provisório dos meus sonhos.
A palavra nua faz-se poesia
e me torna mais claro
ao fim do verso.
Do escravo faz-se o resistente.
Aqui entrego minha bandeira.*

DA TERRA BROTEI HÁ TRINTA ANOS

Eis uma poesia duas vezes rebelde. Contra a gramática e contra a política, ela serve ao mesmo tempo à beleza e à justiça e por isso, metade escrita no cárcere, fala de pássaros e liberdade. Não fará bem aos que não gostam que a poesia tire a roupa e mostre um corpo cheio de feridas. Não fará bem aos que contam a paz e esquecem que no reinado escuro do senhor a paz é uma conquista e o poema, o seu canto.

Frente à norma da palavra da ordem, *Água de Rebelião* depõe contra o terror que habita a fala do poder. Contra a fala reduzida à regra do discurso que legisla,

² Pierre Clastres, antropólogo francês morto há alguns anos em um acidente. Estudou grupos Guarani do Paraguai. Esteve algumas vezes no Brasil. *O Dever da Palavra*, um dos capítulos do livro: *Sociedade Contra o Estado*, da editora Francisco Alves, do Rio de Janeiro. Publicado em 1978.

IGREJAS E AMÉRICA LATINA

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua

As Igrejas da América Latina têm-se manifestado freqüentemente sobre a situação política, econômica e social por que passam os países deste Continente. Através de comunicados e documentos que não saem na imprensa diária, as Igrejas (Católica e Protestante) demonstram sua preocupação com a fome, a violação dos direitos humanos, o terror político. Nestes documentos que se seguem, temos três exemplos importantes deste posicionamento. Na *Mensagem do Advento 1983*, pastores metodistas do Uruguai falam de forma corajosa sobre a situação do País. No *Repudiamos as invasões e nos solidarizamos com os povos*, sacerdotes mexicanos lançam seu repúdio à invasão de Granada pelos americanos e as constantes ameaças de invasão da Nicarágua. E na *Declaração sobre Granada*, o secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas se solidariza com o manifesto da Conferência de Igrejas do Caribe que condena a invasão de Granada.

DECLARAÇÃO SOBRE GRANADA

Declaração feita pelo Rev. Philip Potter, Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas

O Conselho Mundial de Igrejas se une à Conferência de Igrejas do Caribe para deplorar a invasão militar de Granada, realizada pelos EUA e seis Estados do Caribe.

O argumento de que as forças invasoras haviam sido convidadas por dirigentes de alguns países da região é insustentável e não justifica em absoluta a violação flagrante que se fez do direito internacional; além disso, abre um precedente enormemente perigoso nas relações internacionais. Este novo acontecimento, no qual houve intervenção direta de forças militares estrangeiras, apresenta o perigo de que se intensifiquem e se estendam os conflitos armados em toda a região, incluindo a América Central.

livros livros livros livros livros livros livros

ela é pura beleza solta, mas é terrível: ao mesmo tempo grito e maravilha. Crônica armada de um tempo em que todos habitamos cárceres, estivéssemos ou não dentro das prisões, essa dura água de pedras de poesia relembra o que não é lícito esquecer. Contra a memória do sistema, este poeta preso, torturado e livre opõe a memória do poema.

A cada manhã conferíamos um território a menos: mais escasso o corredor, mais breve o dia, mais estreito o catre. Tudo se impregnava da substância do muro. Tudo se cerrava. Os sapatos recusando caminhos, a garganta retendo palavras, as portas, aos poucos, ganhando a feição de paredes, as janelas, sempre fechadas desde que nascera o muro, o tempo as desfigurava em trevas de ferro e agonia. Passamos a carregar o muro nos tornozelos, nos pulsos, a sonhar com o muro, a enxergar o muro no rosto das sentinelas, nos olhos de nossos filhos...

Que lugar as antologias escolares e as antologias de que se nutrem as arcádias da-

ção a estes poemas de rebeldia? Provavelmente nenhum. Porque, para que haja "paz", é preciso que depois de gritados eles sejam esquecidos. Autor de outro livro notável; tanto quanto evitado nas rodas mansas da literatura "de antologia": *Poemas do Povo da Noite*, antes de ver publicada essa *Água de Rebelião*, Pedro Terra escreveu, com um outro Pedro, poeta, de quem tampouco se agradam escritores de ofício e gabinete, dois escritos para canto e rito de oprimidos: a *Missa da Terra-sem-Males* e a *Missa dos Quilombos*, que Milton Nascimento musicou.

Mas de tudo o que escreveu, essa *Água de Rebelião* é a fala mais solta. Entre os últimos poemas da prisão e os primeiros da liberdade, aqui estão a memória e a esperança de um militante que aprendeu a ser poeta para não esquecer de ser rebelde e testemunha. Aqui estão nomes: primeiro o de anônimos oprimidos e torturados. Depois, os de desaparecidos e mortos cuja lembrança fere como um sinal aceso: Santucho, Antônio Benetazzo, Guevara, Marighella, Mário Alves, Lamarca, Aurora Maria do Nascimento e Oscar Arnulfo Romero. A si mesmo o poeta diz:

É certo também que morri um pouco, porque sigo vivendo e a morte pesa demasiado a quem fica. E a todos nós, lembra: Não te justifiques. A simples leitura do jornal fez de ti guardião de um campo de prisioneiros.

Nada há aqui que seja só o culto da vontade de escrever a poesia. Os três momentos do livro: *Oficinas da Morte* (os poemas do prisioneiro), *Missa, Morte e Ressurreição de Oscar Arnulfo Romero*, e *Água de Rebelião* (os poemas do reencontro com a liberdade), são um mesmo exercício de retornar o poema à fala do compromisso. É muito difícil ficar indiferente ao livro. Aqueles a quem fere a lembrança de que o caminho da liberdade é a luta, em terras onde o arbítrio submete a paz à opressão, é melhor não ler. Não será fácil esquecê-lo se não for possível segui-lo.

Ensinava aos outros caminhos de amanhecer Caminhos a caminhar.

O Conselho Mundial espera que se tomem medidas a nível internacional, especialmente por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que todas as forças estrangeiras se retirem imediatamente de Granada. O Conselho afirma que o povo de Granada tem direito de estabelecer um governo de sua livre escolha, sem nenhuma interferência de potências estrangeiras.

O Conselho Mundial assegura às Igrejas e ao povo de Granada, assim como da zona do Caribe, que a comunidade ecumênica mundial os está lembrando em suas orações neste momento de crise e está disposta a prestar ajuda à Conferência de Igrejas do Caribe de qualquer forma que seja apropriada.

REPUDIAMOS AS INVASÕES E NOS SOLIDARIZAMOS COM OS POVOS

O Secretariado Social Mexicano, como porta-voz de mais de mil sacerdotes e grupos representativos de suas comunidades, ante os acontecimentos, e o temor ante possíveis situações cada vez mais dolorosas, queremos nos fazer solidários com a denúncia do senhor Bispo Sergio Obeso, Presidente da Conferência Episcopal Mexicana, em sua declaração acerca da drástica postura da administração Reagan frente à Nicarágua. Comunicamos, portanto, nossos motivos e a posição que cremos ser nosso dever tomar ante os acontecimentos.

Nossos motivos de preocupação são os seguintes:

- A invasão arbitrária de Granada e sua demagógica justificativa por parte dos EUA;
- O projeto repressivo dos EUA cada vez mais claro, evidenciado pela aprovação pública do Senado ao apoio econômico da contra-revolução nicaraguense através da CIA, organismo moralmente ilegítimo;
- As declarações do presidente Reagan propondo a força e o militarismo, sob a falsa justificativa de defender as fronteiras dos EUA dos perigos do comunismo. Argumentos que tratam de esconder seus interesses neocolonialistas no mundo;
- A entrevista de Kissinger com os representantes dos ex-somocistas que operam nas fronteiras dos países limítrofes com a Nicarágua, para aumentar o apoio direto dos EUA contra o governo sandinista;
- A próxima instalação de uma base norte-americana em El Salvador para, entre outros fins, apoiar as constantes agressões de Honduras contra a Nicarágua.

Pelos fatos expostos, como cristãos preocupados com os direitos humanos dos povos e com a dignidade humana das pessoas, JULGAMOS:

- que a administração Reagan está violando a soberania de Granada — um pequeno país irmão, que trata de buscar seu próprio caminho de crescimento.
- que os EUA estão violando os princípios do DIREITO DE AUTODETERMINAÇÃO soberana dos Estados e de NÃO INTERVENÇÃO estrangeira entre os assuntos internos das outras nações.

Portanto, baseados em princípios morais universalmente aceitos e em valores do Evangelho:

- Manifestamos nossa SOLIDARIEDADE com a posição internacional de nosso país sobre o restabelecimento da paz na América Central, manifestada através do Presidente da República e suas gestões no Grupo de CONTADORA.
- CONDENAMOS a agressão norte-americana, contra a Nicarágua, até agora indireta, com possibilidade de converter-se em direta, a qual está provocando um banho de sangue, aproveitado em favor de uma reeleição e da proteção dos interesses dos poderosos. Isto, para nós, é manifestamente anti-evangélico.
- SOLIDARIZAMO-NOS nesta luta desigual com os irmãos mais desprotegidos da Nicarágua e América Central, pois eles são os mais afetados por estes mecanismos de MORTE. Como pastores e cristãos DEFENDEMOS seu direito a uma vida justa e pacífica de acordo com sua dignidade de filhos de Deus.
- CONVIDAMOS todos os cristãos a se SOLIDARIZAR contra as INJUSTAS agressões presentes e futuras contra a Nicarágua e pedimos às comunidades cristãs que façam orações, para que triunfe a força da justiça e do amor na América Central

Terminamos com um apelo a todos os homens de boa vontade, para que, independentemente das possíveis diferenças de pensamento, nos unamos na luta pelo desvalido e não apoiemos, nem com nosso silêncio, as injustiças de prepotentes.

Secretariado Social Mexicano, A.C.

MENSAGEM DO ADVENTO 1983

Na oportunidade da celebração do Advento, os pastores da Igreja Evangélica Metodista desejamos transmitir nossa mensagem aos diferentes setores da sociedade uruguaia.

Advento nos lembra o anúncio do fim de um tempo de morte, e o começo de um novo tempo, no qual prevalece a vida. É o momento, então, de nos prepararmos para este acontecimento.

São inumeráveis os sintomas da morte, da não-vida, que constatamos com tristeza, em diversos aspectos de nossa sociedade. Todos eles se inscrevem no marco da violação dos Direitos Humanos.

- Liberdades suprimidas ou limitadas, a nível político e associativo, de informação, de expressão.
- Centenas de detidos por motivos políticos ou ideológicos.
- Desaparecimento de pessoas, sem que as autoridades competentes dêem às suas famílias uma informação clara.
- Ameaças anônimas a cidadãos de oposição ao governo.
- Elevado índice de desocupação, diminuição do salário real e injustas condições de trabalho.
- Emigração e exílio de milhares de uruguaios que saíram por causas econômicas e políticas.

- Classes passivas que vêm frustrados seus direitos de receber uma compensação que lhes permita viver dignamente.
- Angustiantes situações que padecem milhares de famílias as quais vivem em favelas, muitas vezes ameaçadas de despejo.
- Condições pouco propícias e um clima autoritário, no âmbito estudantil, que limitam o direito dos estudantes ao estudo e a uma participação ativa no mundo cultural.

Em todas estas situações de flagrante violação dos Direitos Humanos, vemos Cristo presente, acusando-nos, mostrando-nos que estas são as consequências do pecado humano, a nível individual e estrutural, chamando-nos a uma autêntica conversão, reclamando justiça.

A preparação do Natal deve transformar-se em frutos visíveis: reverter as condições de morte em uma nova dinâmica, onde a promoção e a defesa da vida seja o prioritário. Dar passos concretos que conduzam finalmente a uma Reconciliação Nacional, a um reencontro entre as famílias uruguaias.

Para conseguir este objetivo, é imprescindível a ativa participação de todos os cidadãos, do governo, dos partidos políticos e dos setores sociais. Neste espírito e em cumprimento de nossa vocação, EXORTAMOS:

AS AUTORIDADES — Que tenham um gesto de grandeza histórica para este Natal, como resposta ao anseio popular, tomando decisões concretas que impliquem pôr em marcha a plena vigência dos Direitos Humanos, o retorno ao estado de direito, que facilitem a Reconciliação Nacional e aliviem a dor de numerosas famílias uruguaias.

OS CRISTÃOS — Que se esforcem em reconhecer a presença de nosso Senhor, na penosa situação em que vivem os setores mais desvalidos; que escutem seu clamor; que respondam afirmativamente a seu chamado, assumindo uma atitude comprometida e militante em defesa da vida, a totalidade da vida e de todas as vidas, de uma perspectiva evangélica (Mateus 25,31-46)

A POPULAÇÃO EM GERAL — Que intensifique sua luta pela liberdade, pela democracia plena, pela paz, pela justiça, pela vigência dos direitos humanos fundamentais. Porque a sociedade justa, democrática, participativa, pluralista que aspiramos, se inscreve dentro dos planos de Deus e se consegue com a participação ativa, generosa, criativa, pacífica, de todos. E nas circunstâncias atuais, isto implica riscos e sacrifícios.

Nossa certeza, como cristãos, é que finalmente a Vida vencerá a Morte, o Amor, o Ódio, a Generosidade, o Egoísmo. E essa confiança não é ilusória. Está sustentada em um acontecimento singular: a Vinda de Alguém que nos mostrou o sentido da vida verdadeira, isto é: o Amor. O Amor que se oferece desinteressadamente, que sabe perdoar, que busca a reconciliação.

Que o próximo Natal seja uma boa notícia para todos e esteja acompanhada de “boas novas” para muitos.

Metalúrgicos: "ÓI NÓIS AQUI OI

*"ao rio que tudo arrasta
se diz violento,
mas não se diz violentas
as margens que o comprimem"*

B. Brecht

O movimento dos trabalhadores metalúrgicos do ABC acumulou, ao longo dos últimos anos, uma rica experiência de greves, de novas formas de luta e organização política. De um lado, esta experiência político-sindical marcou profundamente o cenário político-nacional e contribuiu decisivamente para o surgimento de novos agentes políticos como o PT e a CUT. De outro, o próprio movimento operário, especialmente no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, sofreu um importante processo de transformação e evolução política. As greves iniciadas no histórico 12 de maio de 1978, na Scania, passaram por mudanças fundamentais. A conjuntura nacional se modificou, o quadro de deterioração econômica e recessão colocou de forma dramática a questão do desemprego, e a imposição dos novos decretos salariais representam o maior arrocho salarial vivido pelos trabalhadores desde 1964. A conjuntura política também apresentou uma transição significativa que passou a exigir respostas novas e criativas, muito mais complexas e perigosas que as do passado recente. O país não é o mesmo e os trabalhadores metalúrgicos, por sua consciência, nas formas de organização e de luta também não são. Muitas dessas transformações no interior do movimento operário e sindical da região, especialmente as que se deram no interior das fábricas, como as comissões de fábrica, a atuação nas CIPAS, as táticas nas greves, passaram despercebidas pela imprensa e pelos analistas do movimento operário.

E neste momento — em que a categoria deverá enfrentar a Campanha Salarial de 1984, logo após um ciclo de greves vitoriosas, a partir de novembro de 1983, com o sindicato ainda sob intervenção e com uma possível campanha eleitoral para "substituição" da diretoria cassada — discutir estas mudanças e evolução parece bastante oportuno.

A QUARTA INTERVENÇÃO NO SINDICATO

Em julho de 1983, dias 4 e 5, na cidade de Piracicaba, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema realizaram o 4º Congresso da categoria, com a presença de aproximadamente

400 delegados. No dia 6, os petroleiros de Paulínia, depois Mataripe, desencadeariam um movimento grevista, que já vinha sendo divulgado a meses. O movimento reivindicava a estabilidade no emprego e o fim das perdas salariais impostas pelo Decreto Lei nº 2.036.

Quando o Congresso Metalúrgico acabou, os ônibus foram desviados para Paulínia onde se realizou um Ato de Apoio à luta dos petroleiros.

Este gesto político solidário e a intenção de fortalecer e ampliar a iniciativa dos trabalhadores petroleiros tinham a clara e pública determinação de viabilizar a greve geral. A crise universalizou os interesses dos trabalhadores de forma muito profunda, a questão da estabilidade no emprego e de luta contra a política econômica e salarial só podem ser enfrentadas de forma mais eficaz pelo conjunto da classe trabalhadora. Na ocasião Jair Meneguelli já anunciava:

Nossa posição não deve ser encarada apenas como um gesto solidário aos trabalhadores da Refinaria de Paulínia. Iremos à greve porque também estamos sendo atingidos pelos expurgos e pelos Decretos do Governo Federal... o importante é entendermos que este momento será o início da palavra de ordem tão decantada pelo movimento sindical brasileiro que é a greve geral em todo Brasil (Tribuna Metalúrgica de 05/07/83).

No dia 7 de julho, pela manhã, os trabalhadores das indústrias montadoras automobilísticas foram paralisando o trabalho e se dirigindo em quatro grandes passeatas pela via Anchieta. Cerca de 100 mil trabalhadores (60% dos quais eram metalúrgicos) participaram deste movimento denominado de "greve arrastão", que promoveu uma das maiores concentrações populares do Paço Municipal de São Bernardo do Campo, às 11 horas da manhã.

Para os metalúrgicos não havia qualquer ilusão de que este ato político e simbólico pudesse alterar a política salarial, muito menos reorientar a política econômica ou quebrar a intransigência política do governo na negociação com os petroleiros. E os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema também não tinham a ilusão de que a Federação Metalúrgica respeitasse e encaminhasse as decisões do Congresso Estadual dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo, que havia deliberado uma greve geral, caso o Decreto Lei nº 2.012 fosse implantado. Esperar da Federação a convocação de uma greve, ou do governo uma posição favorável aos trabalhadores na

RA VEIZ

Aloízio Mercadante Oliva
Oswaldo Martines Bargas

mesa da negociação seria esperar que estes fossem o seu contrário.

Para os metalúrgicos do ABC, a greve era uma forma eficaz de romper com um certo imobilismo e sentimento de impotência dos trabalhadores diante da crise e uma ação concreta para assegurar a realização da greve geral. Neste sentido, ela foi vitoriosa porque obrigou inclusive setores conservadores do movimento sindical, como a Federação e o Sindicato Metalúrgico de São Paulo a convocarem a greve geral do dia 21 de julho que mobilizou cerca de 2 milhões de trabalhadores em todo país. E toda esta mobilização colaborou para a realização do 1º CONCLAT, em São Bernardo, a criação da CUT, e para derrubada posterior e parcial da política salarial, com a derrota do governo no Congresso Nacional, por ocasião da votação do Decreto Lei nº 2.045.

Mas os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema tiveram que enfrentar mais uma intervenção no Sindicato e com ela uma discussão. Para a corrente imobilista do movimento sindical, e para os pelegos em geral, a perda da entidade é a maior das derrotas políticas, inviabilizando qualquer possibilidade de trabalho sindical ou de vitórias trabalhistas. Para estes, a intervenção é fruto de uma certa "teimosia" e "inconseqüência" do chamado setor "combativo" do movimento sindical. Do nosso ponto de vista, a questão da intervenção merece uma reflexão mais cuidadosa que contemple, pelo menos, alguns dos aspectos contraditórios envolvidos. Quanto às dificuldades que a intervenção acarreta poderíamos destacar:

1. É inquestionável que a perda do Sindicato debilita sensivelmente a infra-estrutura de trabalho sindical: imprensa, transporte;

2. Como a cassação do dirigente sindical é uma pena *perpétua*, sendo a única que não prescreve no arcabouço jurídico do país, coloca grandes dificuldades para a liderança sindical, que é obrigada a abandonar este nível de militância e enfrentar grandes barreiras para voltar para fábrica. As possibilidades são muito pequenas para que este tipo de desempregado político possa burlar a "lista negra" dos departamentos de relações industriais das fábricas, da base sindical e possa voltar à produção;

3. Compromete a representação legal e jurídica da categoria.

Porém há um outro lado da intervenção que a própria prática dos metalúrgicos de São Bernardo e revelou:

1. Denúncia para o conjunto dos trabalhadores os limites e o caráter da estrutura sindical, de forma muito mais eficaz que os infundáveis discursos, colocando com mais ênfase a luta contra a atual estrutura atrelada e dependente do Estado;

2. A perda da representação jurídica representa muito pouco, porque nas mesas de negociação o que efetivamente conta não são os argumentos ou a justeza das reivindicações, mas a força política dos interlocutores. E as vitórias, em São Bernardo, alcançadas anteriormente e neste final de 1983, negociadas pela diretoria cassada, demonstram de forma cabal a pequena importância da representação jurídica;

3. A intervenção revela de maneira definitiva a importância da organização política dos trabalhadores, além dos estreitos limites da estrutura sindical e, essencialmente, a importância das Comissões de Fábrica, das Assembléias em porta de fábrica, e do Fundo de Greve;

4. A intervenção permite um espaço novo de atuação política, fortalecendo a perspectiva de construção de uma alternativa à estrutura sindical, e fortalece a credibilidade e representatividade das direções sindicais efetivamente comprometidas com a classe trabalhadora;

Logo após a intervenção, através do Fundo de Greve (criado durante a greve de 1979), a diretoria cassada alugou uma sala bem em frente ao prédio do Sindicato e afixou uma faixa, que diz: "*Ói nós aqui otra vez*". O Sindicato apenas mudou de lugar. O espaço passou a ser outro, mas a referência política para a categoria permaneceu, continuou sendo a diretoria e as outras formas de participação e decisão construídas por uma prática sindical de massa.

"Ói nós aqui otra vez" demonstra que é possível e necessário a construção de uma alternativa à estrutura sindical. Mas esta alternativa se constrói a partir de uma prática de massa, que tem passado por dentro da estrutura sindical e só tem demonstrado condições de construí-la os que utilizaram plenamente a estrutura sindical que aí está.

A GREVE, O RIO E AS MARGENS

A construção poética de Brecht contribui para expressar a evolução nas formas de luta em São Bernardo.

Metalúrgicos: "ÓI NÓIS AQUI OUTRA VEIZ"

A intervenção no Sindicato não impediu que a categoria realizasse, a partir de 8 de novembro, um ciclo de greves por fábrica que atingiu 64.610 trabalhadores. As greves se iniciaram na Ford, conforme a decisão da Assembléia da categoria, convocada logo após a suspensão da proposta de greve geral do dia 25, da CUT. A decisão era que, se no salário de outubro fosse aplicado o Decreto Lei nº 2.045 e não o INPC integral, os trabalhadores deveriam entrar em greve e forçar a negociação.

No dia 10, dois dias após a greve da Ford, com o envelope de pagamento nas mãos, pararam os trabalhadores da Volks, Volks-Caminhões, Mercedes-Benz, Reifelnhauser, Schuller, Forjaria São Bernardo e algumas outras empresas. A intransigência patronal em negociar foi prolongando a paralisação e radicalizando o movimento.

Nestes tempos de recessão e crise, a paralisação da produção não incomoda tanto os estoques do patronato. E neste quadro, os trabalhadores foram forçados a redefinir as formas de luta. Passaram a ameaçar não apenas o lucro do fim do mês, mas o próprio patrimônio da empresa. Na Ford, a ameaça foi de paralisar o setor da pintura, pois o ressecamento das tintas nas mangueiras dos robôs exigiria uma troca de equipamentos, que levaria a uma paralisação da produção por aproximadamente três meses. A diretoria da Ford recuou, negociou e concedeu um reajuste salarial superior aos índices do Decreto Lei nº 2.045 e 2.065, retroativo a outubro, e um abono salarial de emergência após dezembro. De forma semelhante, os trabalhadores da Volks soltaram fogos de artifício no interior da fábrica, inutilizaram portas dos compartimentos da empresa com palito de fósforo nas fechaduras e forçaram a negociação. Na Mercedes, a intangibilidade nas negociações gerou um comprometimento dos trabalhadores em nada diferente.

Poderíamos enumerar outras situações semelhantes, especialmente a Otis em Santo André, que foi mais longe, com os trabalhadores tomando a fábrica e acampando dia e noite, em uma paralisação que se prolongou por 16 dias. A capacidade de resistência dos operários da Otis e a tática de acampamento asseguraram a vitória ao movimento e o reajuste salarial foi concedido.

Com a vitória nas automobilísticas, o rio foi crescendo e as outras fábricas da base sindical de São Bernardo e Diadema caíram como dominó e várias reivindicações específicas também foram conquistadas. As derrotas atingiram uma parcela

muito pequena da categoria, como no caso da Gema, onde depois de 10 dias de greve, os trabalhadores tiveram que voltar para as máquinas de mãos vazias. Os metalúrgicos sabem que sua história recente não foi construída apenas por vitórias, muitas foram as derrotas, e o importante foi o desenvolvimento da capacidade de conviver e aprender com elas.

Foram efetivados 11 acordos salariais diferenciados, todos com reajustes acima do Decreto Lei nº 2.065, além do abono conquistado em várias empresas. Estes acordos atingiram, até o momento, 78.641 trabalhadores da categoria. Em algumas fábricas, após a vitória das montadoras, as greves não duraram mais do que algumas horas e em outras nem mesmo foram necessárias para que as reivindicações fossem atendidas.

É importante lembrar que, enquanto as greves ocorriam no ABC, a diretoria da poderosa máquina do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo defendia e assinava um acordo nos moldes do Decreto Lei nº 2.065, antes mesmo de ser aprovado, talvez por que o Sr. Joaquim dos Santos Andrade fosse, até aquele momento, militante do PTB.

As mudanças das táticas de greve e da postura dos trabalhadores no interior das fábricas foram bastante profundas. Em 1978, os trabalhadores "cruzaram os braços e pararam as máquinas", permanecendo no seu posto de trabalho. Em 1979, a greve foi fora da fábrica e começaram a ser acionados os piquetes. Em 1980, repetiram o esquema do ano interior de forma muito mais organizada e durante 41 dias, sem a existência dos piquetes. Em 1981, as greves foram novamente dentro da fábrica, só que os trabalhadores vestiam o macacão, batiam o cartão e se concentravam em algum ponto no interior da empresa já pré-estabelecido. Os que tentavam furar o movimento eram "convidados" a retornar aos locais de concentração por um grupo massivo, o que impedia o controle individualizado por parte das chefias.

Neste final de 1983, as greves também foram dentro da fábrica, repetindo o sucesso da experiência de 1982. Porém, a decisão de paralisar e o rumo do movimento eram definidos nas Assembléias de porta de fábrica, enquanto no seu interior, os trabalhadores, muito mais organizados, passaram a queimar novos cartuchos, ameaçando o patrimônio, para viabilizar e fazer avançar o rio.

A CAMPANHA SALARIAL DE 1984

Não é preciso nenhuma bola de cristal para se avaliar as grandes dificuldades da Campanha Salarial deste ano, e os trabalhadores sabem disto. Senão vejamos:

1. A crise econômica permanece e com ela a recessão e o desemprego. Para a categoria os anos mais duros foram 1981 e 1982, ela que possuía paroximadamente 145.000 trabalhadores em 1980, passou a ter por volta de 107.000 em 1983. Houve uma certa estabilização no ano passado, do ponto de vista das demissões em massa, mas a grande questão continua sendo a *garantia no emprego*. E o medo do desemprego contribui de um lado para a desmobilização e de outro para a radicalização — na greve, é tudo ou nada;

2. O Governo Federal rendido ao acordo com o FMI e às exigências do sistema financeiro internacional, se vê pressionado por uma aceleração inflacionária que atinge o patamar dos 200%. A orientação da política salarial, com a sequência de decretos (2.012, 2.036, 2.037, 2.045 e 2.065) e os expurgos no INPC, deverá tentar sobreviver por um longo período. A política salarial é uma peça chave do acordo com o FMI, e o regime desenvolverá todos os esforços para impedir sua nova desmoralização. Tanto isto é concreto, que até o momento não houve qualquer acordo salarial acima dos índices oficiais registrado nas DRT's.

3. A intervenção no sindicato deverá interferir nas negociações. O interventor sabe que não tem condições políticas para negociar, mas tentará, com apoio dos patrões e, por orientação governamental, impedir a participação da diretoria cassada na mesa com o grupo 14;

Poderíamos enumerar mais dificuldades, mas existe um outro lado neste processo, que não é margem, é rio.

1. A categoria está saindo de uma série de vitórias. Uma pesquisa encaminhada pela diretoria, através da Comissão de Mobilização, indica que já em janeiro, 50% da categoria reivindica a greve como forma de luta e 35% delega a definição ao Sindicato que, através da diretoria, poderá propor a greve. O clima favorável à greve está assegurado especialmente nas grandes empresas.

2. A história de luta da categoria, e a pesquisa também confirma esta avaliação, gerou um total descrédito nas mesas de

“negociação” e na “justiça do trabalho”. E ensinou que se não se partir para a luta, o desemprego continuará da mesma forma, o arrocho salarial será implacável e o salário não vai dar no fim do mês. As conquistas e as melhorias só aconteceram quando os trabalhadores “arregaçaram as mangas e partiram para o pau”;

3. Este ano não tem o Sindicato para intervenção, as lideranças já foram ameaçadas pela Lei de Segurança Nacional e cassadas pelo Ministério do Trabalho, e a repressão policial não assusta como no passado.

Abril, data-base da categoria, será o período provável de definição da questão das Eleições Diretas para Presidente da República. Os metalúrgicos, como toda a sociedade civil brasileira, também estão envolvidos e empenhados na Campanha pelas diretas.

Não que haja ilusões que as eleições em si resolvam os problemas básicos da classe trabalhadora. Mas as diretas, já, abrem um espaço de discussão e atuação política, onde os trabalhadores poderão expressar o repúdio ao acordo com o FMI, à orientação da política econômica recessiva e exigir de qualquer candidato propostas para a questão do arrocho salarial e o desemprego.

Na campanha pelas diretas e nas eleições presidenciais se estará tentando alargar as margens do rio. Mas a história e as experiências de luta da classe trabalhadora demonstraram que a possibilidade de construção de uma sociedade, onde os interesses básicos dos trabalhadores sejam respeitados e assegurados, não depende apenas do resultado das urnas, ou do tamanho da margem, mas fundamentalmente da força do rio.

São Paulo, verão de 1984.

Programa Memória do Movimento Operário e Igrejas no ABC.

Aloízio M. Oliva é chefe do Departamento de Economia da PUC/SP, coordenador da APROPUC e assessor do CEDI. Osvaldo M. Bargas é secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e co-autor do livro “As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo”.

É Chegada a Hora da Decisão

Paulo Ayres de Matos

Mensagem apresentada no Congresso Brasileiro de Evangelização, diante de cinco mil pessoas representativas de cerca de sessenta denominações evangélicas de todo o Brasil (Belo Horizonte, 31/10 a 5/11 de 1983).

Paulo Ayres de Matos é bispo reeleito da Primeira Região Eclesiástica da Igreja Metodista do Brasil e presidente do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Teólogo, pastor e, agora, pastor de pastores, tem sido sempre uma presença brilhante em nossos meios, nas suas atividades diversas e nos muitos congressos e encontros de que tem participado no estrangeiro. Terceira geração de evangélicos, como afirma em sua fala, é um dos que vivem amplamente o seu testemunho cristão, mesmo arriscando-se, nos dias de hoje.

Eu quero saudar a Igreja de Deus aqui presente com a graça e a paz do Senhor Jesus Cristo.

Agradeço a Deus e estou muito feliz de poder estar aqui esta noite com os irmãos e as irmãs, neste Congresso; agradeço a Deus pelas mensagens que nós já recebemos durante estes dias. Tendo nascido num lar evangélico, sou terceira geração de crentes convertidos do catolicismo tradicional mais conservador deste país, cresci e fui chamado por Deus num lar evangélico para o ministério da Palavra; aprendi de meu pai, ainda vivo (setenta e quatro anos), oficial da Igreja onde serve; de minha mãe, que morreu lutando nas hostes do Senhor; deles aprendi o significado de ser nova criatura em Cristo Jesus; aprendi deles a importância de fazermos a nossa decisão pessoal por Cristo Jesus como nosso Senhor e nosso Salvador por isso dou graças a Deus.

Mas eu nasci também num lar operário, vivi num conjunto operário, num bairro operário, no meio de operários, meu pai mesmo um operário, e sendo um evangélico de firmes convicções em Cristo Jesus nunca deixou as lutas de ser operário. Ele

um servo de Deus consagrado, homem de oração, mas ao mesmo tempo nunca tendo negado a sua classe. Naquela casa eu aprendi que evangelização e ação social não são coisas que a nossa fé separa. Naquela casa eu aprendi que ser nova criatura em Cristo Jesus não termina no momento em que nós aceitamos Jesus como nosso Senhor e Salvador, no “dia feliz que em Jesus me satisfiz”, mas que ser nova criatura em Cristo Jesus é tomar a cruz dia a dia e, no meio das lutas, das desesperanças, das decepções, das tristezas, descobrir a mão de Deus que está vindo para redimir, na sua inteireza, toda a realidade em que nós vivemos, toda a criação, pois Jesus Cristo é o Senhor dos senhores. E por isso eu estou alegre por estar aqui neste Congresso. Porque eu vejo a Igreja de Cristo neste país, estas mais de sessenta denominações evangélicas, reunidas e refletindo seriamente sobre o significado da Igreja de Jesus Cristo neste país, a nossa missão de evangelização. Vivemos a hora do desafio, a hora é chegada.

Nesta noite eu gostaria de tomar a Palavra de Deus e, abrindo no Evangelho segundo Lucas, ler com os irmãos e irmãs uma das mais conhecidas parábolas de Jesus Cristo, a parábola do rico e de Lázaro (cap. 16). Esta parábola só aparece no Evangelho de Lucas; é o único Evangelho que a narra. Esse Evangelho foi escrito a um homem chamado Teófilo, o homem que é chamado por Lucas de excelentíssimo. Alguns comentaristas consideram que Teófilo deveria ser um homem de recursos, investido de autoridade, mas curiosamente este Evangelho é o Evangelho dos marginalizados; é o Evangelho dos despojados; é o Evangelho daqueles que foram excluídos de toda a bênção e de toda graça pelo judaísmo do tempo de Jesus. Mas é exatamente a estes que Jesus Cristo anuncia as Boas Novas do Reino. E este texto, se nós lemos levando em consideração as partes que se encontram antes dele e as que vêm depois, está exatamente dentro do grande desafio da hora, a hora é chegada.

Ora, havia certo homem rico que se vestia de púrpura e de linho finíssimo e todos os dias se regalava esplendidamente. Havia também certo homem mendigo chamado Lázaro, coberto de chagas, que jazia à porta daquele e desejava alimentar-se das migalhas que caíam da mesa do rico e até os cães vinham lamber-lhe as úlceras. Aconteceu morrer o mendigo e ser levado pelos anjos para o seio de Abraão. Morreu também o rico e foi sepultado. E no inferno, estando em tormentos, levantou os olhos e viu ao longe Abraão e Lázaro no seu seio. E então clamando disse: “Pai Abraão tem misericórdia de mim e manda Lázaro que molhe em água a ponta do dedo e me refresque a língua porque estou atormentado nesta chama.” Disse, porém, Abraão: “Filho, lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida, Lázaro igualmente os males. Agora, porém, ele aqui está consolado e tu em tormentos. Além de tudo está posto um grande abismo entre nós e vós, de sorte que os que querem passar daqui para vós outros não podem, nem os de lá passar para nós.” Então replicou: “Pai, eu te imploro que o mandes a minha casa paterna, porque tenho cinco irmãos para que lhes dê testemunho a fim de não virem também para este lugar de tormento.” Respondeu Abraão: “Eles têm Moisés e os profetas, ouçam-nos.” Mas ele insistiu: “Não, Pai Abraão, se alguém dentre os mortos for ter com eles arrepende-se-ão.” Abraão, porém, lhe respondeu: “Se não ouvem a Moisés e aos profetas tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos” (Lc 16.19-31).

Esta parábola é a palavra das contradições. Contradições terríveis estão aqui narradas. Este texto tem sido usado inúmeras vezes em nossas campanhas evangelísticas. Apresentamos este texto como um tratado que fala sobre a vida após a morte. E do mesmo modo como alguns dos nossos pregadores — como o grande pregador evangelista Jonatham Edwards no século XVIII, nos Estados Unidos e na Inglaterra — nós pegamos as pessoas pelos cabelos e as colocamos sobre o inferno e dizemos: “Ou te convertes, ou deixo que tu caias nas chamas terríveis do inferno”. Este texto que tem sido usado por nós tantas vezes em campanhas evangelísticas, em séries de evangelização dos outros, em evangelização pessoal, creio que a nós também tem muitas coisas a nos falar nesta noite.

Jesus começa a parábola dizendo que havia um certo homem rico. Este homem não tem nome, só tem bens. É um homem rico. E o Senhor Jesus começa a descrevê-lo, não pelo que ele era, mas pelo que ele tinha. Ele se vestia de púrpura, sinal de dignidade real; e de linho finíssimo, aquilo que era considerado nos tempos de Jesus um dos sinais de maior luxo. Todos os dias se regalava esplendidamente. O sentido destas palavras, no original, significa que ele não precisava trabalhar para viver; era dono de tantas riquezas que não precisava preocupar-se com o dia de amanhã; gastava a sua vida em festas, em banquetes. Possivelmente esse homem era um saduceu. Os ricos da Palestina pertenciam geralmente ao partido dos saduceus. Os saduceus não acreditavam na vida após a morte, eles não acreditavam na ressurreição. Preocupavam-se unicamente em viver a vida aqui e agora e por isso a sua relação com Deus era muito ruim. Mas não há relação má com Deus que não signifique relação má com o próximo. Viver mal com Deus é viver sempre mal com o próximo. E quem vive mal com o próximo, vive mal com Deus. Os saduceus não viviam bem consigo mesmos, apesar de viverem regaladamente. Não viviam bem com o seu próximo, eram considerados como traidores do povo judeu.

Jesus passa a descrever o segundo personagem desta parábola. “Havia um certo mendigo”. Era um homem que precisava de esmolas, da caridade alheia, para poder sobreviver. Esmolava. Mas tinha um nome, Lázaro. Ele não tinha bens, não tinha riquezas, não se vestia de roupas finas, ele tinha um nome: Lázaro. Os irmãos sabem o que significa Lázaro? Lázaro é a forma grega do nome hebraico Eleazar. Eleazar, que no palestinese do tempo de Jesus foi reduzido a Lazar, grego, Lázaro. Eleazar. Note bem, Eleazar, aquele a quem Deus ajuda. Ele tinha um nome: “aquele a quem Deus ajuda”. Coisa extraordinária que muitas vezes nós não atentamos; na Bíblia as coisas nunca são ocasionais. Dizia ontem um irmão nosso, e temos ouvido aqui que precisamos realmente aceitar a Bíblia como Palavra de Deus e estou convencido, mais do que nunca, de que nós evangélicos, nos dias de hoje, precisamos realmente aceitar a Bíblia de capa a capa! É urgente que nós aceitemos a Palavra de Deus como um livro de Deus de capa a capa. Mas há muita gente que não quer aceitar a Bíblia como a Palavra de Deus de capa a capa. Dizia ontem aqui um irmão nosso: “Nós fazemos a nossa Bíblia.” E dizia um irmão pentecostal da Argentina, Juan Carlos Ortiz, no seu livro *O Discípulo*, que nós chegamos até a escrever um quinto Evangelho. Aquilo que nos agrada na Palavra de Deus.

Eleazar, “aquele a quem Deus ajuda”. Ele estava coberto de chagas e jazia à porta. A palavra fazer significa que possivelmente ele era também um coxo. Ele estava caído. Este homem, Eleazar, “a quem Deus ajuda”, tinha todas as marcas para que fosse, no judaísmo do tempo de Jesus, considerado um homem completamente esquecido por Deus; um homem do qual Deus já não se lembrava mais; um homem a quem Deus havia abandonado. O saduceu não, era um homem que, por ter muitos bens, era considerado como profundamente abençoado por Deus. Continua Jesus dizendo “e desejava alimentar-se das migalhas que caíam da mesa do rico”. As migalhas caíam da mesa do rico, não porque ele não soubesse comer educadamente. As migalhas caíam, sabem por quê? Porque na Palestina as classes ricas tinham o costume de molhar o pão (comiam com as mãos, não tinham garfos, colheres e facas como nós) e costumavam mergulhar o pão na água e, com o pão, lavavam as mãos sujas da comida que tinham ingerido. Depois de limparem as mãos jogavam os pedaços de pão por debaixo da mesa.

Dizia o nosso irmão Queirós há pouco que quantos em nossos dias ainda fazem o mesmo, jogando, nas latas de lixo das mordomias deste país, aquilo que falta na mesa do pobre. E diz o texto o que ele desejava. E a palavra em grego quer dizer “ele desejava se pudesse”, porque nem isso ele podia. E mais do que isso, era um homem tão fraco que os cães vinham lamber-lhe as feridas e ele nem tinha forças para espantar os cães. Uma coisa interessante: ele via os ricos, mas os ricos não o viam.

João Wesley, (que me desculpem se vou fazer um arroubo de oratória, creio que quase todos nós aqui somos direta ou indiretamente devedores ao grande movimento do reavivamento da Inglaterra do século XVIII, daquele homem no qual Deus acendeu uma grande chama). João Wesley dizia num sermão — e, notem bem, João Wesley disse isso há mais de duzentos anos atrás, num sermão sobre texto de Jesus: “estava enfermo e me fostes visitar”, sobre a responsabilidade que os cristãos têm de assistir aos doentes. Dizia João Wesley, nesse seu sermão, que os ricos não sabem e não se preocupam com a sorte dos pobres, porque os ricos nunca vêem os pobres. Mas os pobres sempre vêem os ricos. E Lázaro via o rico comendo e, se pudesse, desejaria comer as migalhas que caíam debaixo da mesa.

“JESUS CRISTO ENTORTA AS COISAS”

Aconteceu que os dois morreram. Morreu o mendigo e foi levado pelos anjos ao seio de Abraão. Morreu também o rico e foi sepultado. Aqui está a surpresa da parábola. Havia parábolas na época de Jesus não só entre os palestineses, mas também no Egito e também na Mesopotâmia que contavam histórias mais ou menos semelhantes a essa que Jesus conta, a parábola do rico e do Lázaro. Só que nessas outras histórias o pobre sempre era o desgraçado e o rico sempre era o abençoado. Jesus Cristo aqui coloca as coisas de cabeça para baixo. Ele realmente vai fazer com que as coisas sejam completamente diferentes. Aquele que era desgraçado, miserável, doente, desprezado, faminto, esse morre e vai para o seio de Abraão.

Isto significa que ele tinha lugar de proeminência no banquete da eternidade. É uma surpresa para os ouvintes da parábola. Não era este o final que todos esperavam. Jesus Cristo realmente entorta as coisas. A gente parece até ouvir aqui as célebres palavras do Mestre “ouviste o que foi dito, eu porém vos digo”.

O Senhor Jesus Cristo realmente dá uma entortada no caminho dos seus ouvintes e diz: “o mendigo morreu e foi para o seio de Abraão”. O seio de Abraão era o lugar mais perto de Abraão e o Pai Abraão é o primeiro a sentar-se junto ao Senhor: ele é o pai da fé. “Morreu o rico e foi sepultado”. Seco. Direto: “Morreu e foi sepultado”. Jesus Cristo é de uma maneira ferina terrível. Esse saduceu foi sepultado. Pensavam os saduceus que terminava a história aí. Ledo engano. Crasso equívoco.

“No inferno, estando em tormentos, levantou os olhos e viu ao longe Abraão e Lázaro no seu seio”. Agora o rico viu a Lázaro. Ele que nunca tinha prestado atenção a Lázaro, que nunca se importara com Lázaro, ele agora via Lázaro! Está aqui escrito. Palavra do Senhor. Ele nunca tinha visto a Lázaro e agora ele via Lázaro. Via Abraão, e Lázaro no seu seio. E ele sabia o nome de Lázaro, não tinha escusas. Ele não soube de Lázaro porque ele não quis. Foi uma decisão consciente. Abandonou a Lázaro por uma decisão consciente. E aqui, irmãos, começa realmente o centro da parábola.

O rico começa por dizer “Pai Abraão”. Pai Abraão. Ele invoca para si a qualidade de filho de Abraão. Ele, como judeu, tinha direito à paternidade abraâmica. “Pai Abraão, eu sou teu filho, eu sou membro da tua fé, tem misericórdia de mim e manda Lázaro que molhe em água a ponta do dedo.” Ele que nunca estendera a mão, agora pedia que Lázaro lhe colocasse a ponta do seu dedo. Que molhe em água, ele que nunca lhe dera um pedaço de pão, pedia uma gota de água. Que me refresque a língua, porque estou em tormento nesta chama. Tormento terrível! Ah! queridos irmãos, a raça não lhe garantia nada! Sua religião não lhe garantia nada; o cumprimento dos preceitos religiosos de seu povo, não lhe garantia nada; a sua classe social, não lhe garantia nada: ele agora estava em tormentos. E Abraão diz: Filho (mesmo lá no inferno ele não deixa de ser filho de Abraão . . .) “Filho, lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida, Lázaro igualmente os males. Agora, porém aqui ele está consolado, e tu, em tormentos.”

FÉ, JUSTIÇA, MISERICÓRDIA SÃO COISAS DO AQUI E AGORA

É importante a gente mencionar o fato seguinte: a pobreza não é mérito para Lázaro nem a riqueza foi desgraça para o rico. Mas o que então determinou a sorte de um e a sorte de outro? A impiedade e falta de amor do rico. A impiedade e a falta de amor. A piedade e a humanidade de Lázaro. São as duas coisas em confronto. Em Mateus (23.23), Jesus diz: “Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fé. A justiça, a misericórdia e a fé! O rico não teve fé, o rico não teve justiça, o rico não teve misericórdia.

Essas foram as razões pelas quais o rico foi para o inferno. E agora fica colocada uma coisa realmente muito séria: “Está colocado um abismo entre nós e vós, de sorte que os que querem passar daqui para vós outros não podem, nem os de lá passar para cá”. A questão da fé, a questão da justiça e a questão da misericórdia, três elementos importantes na fé evangélica. Muitas vezes nós temos deixado de crescer na fé, na misericórdia, na justiça. E essas questões são para ser resolvidas aqui neste mundo. Dizia há pouco o nosso irmão Queirós, e eu louvo a Deus por essas palavras: “Nós temos que resolver estas questões é aqui, não na eternidade”.

O rico não acreditava na eternidade, nós acreditamos. O rico não acreditava na vida eterna, nós acreditamos. Mais do que ele, nós temos a responsabilidade de encarar realmente com seriedade a questão da fé. E nestes dias nós estamos comemorando os quinhentos anos de Lutero, aquele homem que, pela graça de Deus, redescobriu para o povo de Deus a grande doutrina da justificação pela fé, e damos glórias a Deus por isso! Mas nós precisamos resgatar também e o Espírito nos está mostrando isso, e “aqueles que têm ouvidos, ouçam o que o Espírito diz às Igrejas”; aqueles que têm olhos, vejam o que Deus está querendo fazer entre nós nestes dias. Deus está despertando o seu povo para a justiça e a misericórdia, sem deixarmos a fé; fortemente fundamentados naquele que é o único alicerce, o único fundamento, sobre o qual nós devemos construir a nossa vida: Jesus Cristo, “outro nome não foi dado pelo qual nós devamos ser salvos”. Sobre esta fé nós devemos construir a justiça e a misericórdia. Não é evangelização contra ação social; não é ação social contra evangelização. São duas faces da mesma moeda. Deus não separou, Jesus Cristo não separou. E nós teimamos em separar o que na vontade de Deus está unido.

A PARÁBOLA DOS SEIS IRMÃOS: CINCO SOMOS NÓS

Ouçamos o que o Espírito diz à Igreja nos dias de hoje. Deus está querendo levantar o seu povo; Deus está querendo levantar a sua Igreja, para realmente redimir a humanidade, redimir o homem e a mulher, na sua inteireza, corpo e alma. O rico não se dá por vencido. Ele diz para Abraão: Pai, eu te imploro que mandes alguém à minha casa paterna, porque tenho cinco irmãos. Já que não há mesmo possibilidade de resolver o meu problema aqui, Pai Abraão, eu tenho cinco irmãos ainda na terra. Por favor, Pai, eu te imploro para que mandes Lázaro de volta à minha casa. Para os saduceus isso realmente é alguma coisa que ia além do absurdo: não há ressurreição . . .

Talvez em visão, talvez em sonho, em revelação, quem sabe? Que o mandes à minha casa porque tenho cinco irmãos, para que lhes dê testemunho, a fim de não virem também para este lugar de tormento. Tem piedade dos meus cinco irmãos. Eu não os quero ver aqui. Eles ainda têm tempo, eles ainda têm chance. Respondeu Abraão: eles têm Moisés e os profetas, eles têm a autoridade da Palavra de Deus. Ouçam o que diz a Palavra de Deus! — “Pai Abraão, não, se alguém dentre os mortos ressuscitar e for ter com eles, arrepender-se-ão!” Nesse momento, o rico reconhece que ele é um impenitente alguém que não se arrependeu. Os seus irmãos ainda têm chances de arrepender-se. “Por Favor, Pai, se for alguém dentre os mortos

ressuscitado, talvez se arrependirão.” Abraão, porém lhe respondeu: “se não ouvem Moisés e os profetas, a revelação de Deus, tampouco se deixarão se persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos”. Por isso, um dos mais importantes estudiosos da Bíblia de nossos dias, Joaquim Jeremias, um cristão de origem judia, nascido na Palestina, diz que esta parábola não deveria se chamar “do rico e Lázaro”, diz que deveria se chamar “a parábola dos seis irmãos”.

Eu termino, irmãos e irmãs. Quem sabe se os cinco irmãos não somos nós? Para alguns talvez eu esteja dizendo uma heresia. Eu tenho aprendido da História da Igreja que as heresias, muitas vezes consideradas heresias, foram caminhos por onde Deus abriu caminho para a renovação da sua Igreja. Lutero foi herege, João Huss foi herege. Não estou defendendo as heresias. Estou dizendo só uma coisa: vamos manter os nossos ouvidos abertos, os nossos olhos bem abertos para ver o que Deus está querendo dizer-nos.

Será que os cinco irmãos não somos nós, a Igreja de Jesus Cristo hoje, neste país? E o que nós temos ouvido aqui nestes dias, sobre evangelização, sobre o desafio desta terra brasileira, esta terra que, tenho certeza, todos nós amamos, mas esta terra que está realmente vivendo a hora da decisão. É a hora da decisão que nós estamos vivendo neste país! Irmãos, é chegada a hora da decisão e nós não podemos de forma alguma nos esconder atrás de uma certa neutralidade como alguns querem colocar diante de nós. Não! É a hora da decisão. É a hora da decisão neste país e a Igreja de Jesus Cristo não pode ser como os cinco irmãos do homem rico. Sabem por quê, irmãos e irmãs? Nós temos Moisés, os profetas, mas nós temos duas pessoas maiores do que Moisés e os profetas, temos a Jesus Cristo e temos o Espírito Santo que estão dizendo para a Igreja de Jesus Cristo que é tempo de se colocar de pé. É tempo em que nós temos que dizer: “importa antes obedecer a Deus do que obedecer aos homens”. É tempo em que a Palavra de Deus tem que ser proclamada, com ousadia e coragem, sem subterfúgios. Este é o grande desafio para a evangelização deste povo.

E eu gostaria simplesmente de lembrar uma passagem rápida de uma colocação do nosso irmão Dieter esta manhã sobre *Romanos* 13 e *Apocalipse* 13. Dizia ontem aqui o irmão que falou sobre o espiritismo no Brasil, que hoje o espiritismo praticamente se considera a religião oficial deste país. Por quê? Porque as massas deste país estão como ovelhas sem pastor. E a Igreja de Jesus Cristo está chamada a apresentar uma mensagem que seja capaz de realmente traduzir para este povo a mensagem de esperança e nós não temos feito isto, com a ousadia e com a coragem que Deus nos dá através do seu Espírito. E é por isso que essas multidões estão como ovelhas sem pastor, buscando, onde não há solução, a resposta para os seus problemas. É chegada a hora da decisão. Nós temos Jesus Cristo e o Espírito Santo, temos o testemunho dos apóstolos.

JEJUM E ORAÇÃO:

“PARA QUE DEUS ARREBENTE AS CADEIAS”

Eu vou terminar com um acontecimento da história de João Wesley. Sem os aparatos eletrônicos dos nossos dias, sem os meios de comunicação tão sofisticados de nossa época, João Wesley foi certamente um dos mais bem sucedidos evangelistas

de todos os tempos. Para os meus irmãos metodistas, é pena que nem sempre nós sejamos fiéis a tão grande herança. João Wesley pregava numa quinta-feira de março de 1788, já bastante velhinho (três anos mais tarde morreria), na cidade de Bristol, a qual se transformou num dos principais quartéis-generais do avivamento da Inglaterra no século XVIII. E ele pregava em praça pública. Havia muita gente. Uma grande multidão no tempo de Wesley eram cerca de dez, doze e algumas vezes vinte mil pessoas. Pregava ele nesse dia para seis mil pessoas, sem alto-falante, sem vídeo-tape, sem luzes artificiais. Havia uma grande multidão de ricos e pobres, diz ele no seu Diário. Pregava sobre um texto de Gênesis, contra a escravidão. Um evangelista pregando contra a escravidão.

Bristol era o principal centro de comércio de escravos, era o principal vértice do triângulo do comércio de escravos na época. Os escravos vinham da África, chegavam a Bristol e eram vendidos para a América. E aí no coração da iniquidade é que Wesley vai pregar um sermão contra a escravidão. No meio da pregação estoura um grande tumulto. O povo começa a lutar entre si, era a violência aberta. Os bancos que estavam ali para as pessoas se sentarem, as poucas que podiam, foram usados como armas na luta. Quebraram-se todos os bancos. É claro que os bancos não foram quebrados no chão, foram quebrados nas costas e na cabeça dos que lutavam. E a luta levou mais ou menos quinze minutos. Finalmente a luta terminou e ele pôde terminar o seu sermão em paz. Imaginem os irmãos! Naquela noite ele escreveu no seu Diário as seguintes palavras — um homem com quase noventa anos de idade. Um homem em que Deus acendera uma chama no dia 24 de maio de 1738, cinqüenta anos antes, cinqüenta anos pregando o Evangelho, em cima de lombos de cavalo, perseguido por sua própria Igreja. Ele escreve estas palavras no seu Diário: “Foi o mais estranho acidente dessa natureza de que eu possa me lembrar. E creio que ninguém tem qualquer explicação a não ser supondo-se alguma influência sobrenatural. Satanás lutava para poder preservar os seus domínios”. (Escravidão como marca de Satanás. Lembremo-nos de que o nosso irmão Diretor nos disse nesta manhã a respeito da miséria e do sofrimento que existe neste país; lembremo-nos das palavras de nosso irmão Queirós que, de maneira muito simples, mas muito profunda nos falou do sofrimento.) “Satanás — continua o Diário — lutava a fim de preservar o seu domínio. Resolvemos hoje separar o dia de amanhã, sexta-feira, para jejum e oração.” (Jejum e oração. Não é um Congresso, não. Foi Wesley e seus seguidores. O Congresso também. Amanhã é jejum e oração e é sexta-feira.) “Resolvemos separar sexta-feira para jejum e oração para que Deus se lembre desses pobres homens despojados. E o que lhes parece impossível visto a riqueza e o poder de seus opressores, Deus mesmo lhes possa preparar o caminho para a sua libertação e quebre suas cadeias em pedaços.”

É chegado o momento para a Igreja de Deus no Brasil que creí no Evangelho de Cristo Jesus, ter realmente esta fé, que nos vem através da oração e do jejum, para que Deus dê às enormes multidões de homens e mulheres, velhos, adultos, jovens e crianças que neste país estão oprimidos pelas forças satânicas da opressão, da miséria, da pobreza, da ignorância e da superstição, para que Deus mesmo lhes prepare o caminho para a sua libertação e que Deus arrebente as suas cadeias em pedaços. Aleluia! Glória a Deus!

Os Padres casados buscam um lugar na Igreja

Em 1979, em Nova Iguaçu (RJ), foi realizado o *Primeiro Encontro de Padres Casados*. Participaram então apenas doze pessoas e a reunião serviu para o conhecimento mútuo e a troca de experiências e de trabalho. De lá para cá, esse encontro se tem repetido anualmente e com uma participação bastante ampliada. Calcula-se uma média de quatro mil padres casados hoje no Brasil, vivendo situações as mais diferentes, indo da completa integração na sociedade do País, até a marginalização, quer dizer: muitos, uma vez saídos da estrutura da Igreja, encontram as maiores dificuldades para se rearticular no mundo civil. O Movimento de Padres Casados procura nesses Encontros uma forma de organização, tendo em vista os objetivos fixados no Terceiro Encontro: acolhimento e mútuo apoio entre os padres casados; diálogo com a hierarquia e pressão em favor de uma Igreja mais aberta; e atuação nas comunidades cristãs e engajamento nas lutas do povo por justiça e liberdade, e construção de uma sociedade mais humana.

Fizemos esta entrevista com o padre casado Felisbino Chaves, presidente do MPC, em final de 83, quando já estava sendo preparado o Sexto Encontro, a ser realizado em julho de 84, em Volta Redonda.

Presença: O que deu origem ao Movimento dos Padres Casados?

Felisbino: O Movimento começou com uma pequena reunião de umas três pessoas, há uns seis anos atrás, em Salvador. Eram pessoas que encontravam dificuldades de realizarem, dentro da estrutura tradicional da Igreja, um trabalho de pastoral junto ao povo, na medida em que

priorizavam um trabalho de conscientização e organização, de modo a fazê-lo assumir cada vez mais sua condição de povo.

Quais os objetivos do Movimento?

Um primeiro, é a ajuda mútua nos diferentes aspectos, espiritual e material, como aconselhamento ou apoio quando se enfrentam dificuldades econômicas para a sobrevivência. Um segundo, o diálogo com a hierarquia, a estrutura da Igreja. Quando alguém deixa o trabalho dentro da Instituição, não deixa de ser Igreja, pelo menos não se considera fora dela. Então tem o diálogo com a hierarquia, de modo a ir derrubando os preconceitos para não se deixar marginalizar. Quanto a isso, encontramos três tipos de comportamento entre os padres casados. Alguns não querem nem que se fale que foi alguma vez padre. Isso é uma lembrança do passado e ponto. Outros há que querem ser Igreja, mas não se distinguem dos demais leigos. Querem ser Igreja apenas no trabalho, fazer um trabalho de Igreja e pronto, ficam nisso. E há outros cuja vida o sacerdócio marcou de tal forma que procuram uma abertura maior da Instituição, para continuarem esse tipo de prática. Isso depende da Igreja abrir-se mais para o próprio povo, não só para o padre casado, de modo que o povo tenha uma participação mais ativa e decisiva no trabalho social.

Essa "marginalização" do padre casado pela Igreja também se dá pela sociedade? Como um padre casado se sente na sua nova inserção na sociedade?

Hoje, a sociedade de um modo geral aceita. Antes, ele era considerado quase um desertor, por isso, trazia uma carga emocional muito grande, quase uma revolta. Agora, não acontece mais isso, embora ele ainda sinta, não só por parte da Igreja e do próprio povo, mas vinda de si mesmo algumas interrogações, subjetivas, que lhe transmitem uma sensação de irregularidade: não sou mais padre, mas também não me sinto leigo, então, o que eu sou? É esse sentimento de indefinição que muitas vezes se vive.

D. Aloisio Lorscheider falando aos participantes do Quinto Encontro Nacional dos Padres Casados



Quantos padres casados existem hoje no Brasil? E qual a representatividade do Movimento entre eles?

É muito difícil a gente chegar a saber exato quantos somos e onde estamos. Sabemos apenas que somos muitos e estamos em todos os lugares. Fala-se em quatro mil padres casados, hoje, no Brasil. Mas ninguém pode afirmar com certeza se somos quatro ou três mil e quinhentos ou quatro mil e quinhentos. Quanto à participação deles no nosso Movimento, ela se dá em vários níveis, mas numa proporção restrita. Isso porque muitos não têm e não querem ter participação nenhuma, não querem nem lembrar-se de que foram padres. Outros, também não querem participar porque estão muito envolvidos nos seus trabalhos. Desse modo sobram poucos. Destes, boa parte diz que quer estar a par do Movimento, mas com um trabalho de simples leigos dentro da Igreja, sem interesse por um trabalho mais organizado. O que sobra, e é um grupo significativo, apesar de não muito grande, que quer assumir, quer levar as coisas adiante e acha importante se organizarem dentro do Movimento. Existe hoje uma equipe nacional que funciona mais como ponto de referência e estímulo do que uma autoridade dentro do Movimento, funciona mais como uma representação. Regionalmente, vão surgindo núcleos, e, assim que se forma um grupo, elege-se uma coordenação, como a coordenação do grupo de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Maceió, de Fortaleza, de João Pessoa, de Curitiba, etc., e a gente vai se ligando e comunicando por correspondência, visitas e, anualmente, nos Encontros Nacionais.